



A  
D  
E

## Assembleia Municipal de Caminha

### **ATA Nº 16/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2020/02/28**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, no edifício do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, na Av. <sup>a</sup> do Centro Cívico em Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata foi substituída por José Luis de Lima.
- Clemente Gonçalves Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído pelo seu tesoureiro, Manuel Alves Roteia.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pela tesoureira Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- António Maria Rodrigues Amorim, Presidente da União de Freguesia de Venade e Azevedo, substituído pela tesoureira Sílvia Isabel Gonçalves Costa.
- Simaura Fonseca, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- António Manuel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por António Manuel Pais Presa.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe Silva Matias.



## Assembleia Municipal de Caminha

- Mónica Ariana Ribeiro Fernandes, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída José Valdemar Ferreira Vieira.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

### **1º - Período de Intervenção do Público.**

### **2º - Período da Antes da Ordem do Dia:**

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### **3º - Período da Ordem do Dia:**

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de novembro 2019;
- c) – Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2020;
- d) – Minuta do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas a Celebrar entre Município e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A.;
- e) – Alteração ao Protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 12/09/2018 sobre a Delegação de Execução de Investimentos de Expansão do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Saneamento de Águas Residuais.;
- f) – Alteração Modificativa ao Orçamento;
- g) – Concurso Público para Execução da Empreitada “Mercado Municipal De Caminha” – Abertura do Procedimento;



## Assembleia Municipal de Caminha

- h) – Concurso Público para Ampliação da Escola Básica e Secundária de Vila Praia De Âncora e Espaços de Integração para o Ensino Articulado – Abertura do Procedimento;
- i) – Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Empreendimento Turístico – Requerente: Vale Do Âncora – Empreendimentos Turísticos, Lda;
- j) – Implementação de Sinalética na Freguesia de Dem;
- k) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Freguesia de Caminha e Vilarelho;
- l) – Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro;

### 1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**O Senhor Justino Carvalho**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, disse o seguinte:

#### **“Exposição**

Justino Carvalho, Contribuinte Fiscal n.º 176285679, com residência em Rua da Venda Velha, n.º 73, 4910 575 Vila Praia de Âncora, vem por este meio expor o seguinte:

- Trata-se da legalização de um espaço de garagem/armazém cp, p Processo Camarário 9/15
- Processo que aguarda, no momento, Emissão de Utilização, sito no Poço de Vilarinho, em Vila Praia de Âncora, cuja se arrasta desde 2017, com avanços e recuos por parte da Câmara Municipal, que nunca entendemos, uma vez que nunca nos foi explicado, com fundamento legal, tal comportamento.



## Assembleia Municipal de Caminha

- Situado entre dois apartamentos e um muro de suporte, localiza-se implantado o armazém, a uma cota disfarçada, num espaço urbano e consolidado.

- Processo que já obteve a Aprovação da Arquitetura, por apreciação técnica e despacho do Vereador, referente ao Ofício 001815 de 29 outubro de 2015;

- Processo com todas as Especialidades entregues, apreciadas e com proposta de deferimento;

- Agora, para a Emissão de Utilização:

1º Justificação - A C. M. recusa o reconhecimento do arruamento como pertencendo ao domínio público, apresentando como justificação que apenas serve o acesso às garagens dos apartamentos.

Contudo apresentamos todos os documentos contrariam tal justificação:

a) Certidão do Registo atualizada, com confrontação a Norte - Caminho Publico;

b) Declaração da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora reiterando o declarado noutros momentos do processo e agora de forma clara por confronto com a planta, vindo a atestar o declarado pelo requerente — Caminho Publico;

c) A limpeza e manutenção do arruamento sempre foi efetuada pela Junta de Freguesia, o que aliás foi assumida por esta Entidade, por escrito e do conhecimento da C. Municipal;

d) Relativamente a este assunto já se pronunciou, favoravelmente, o Departamento Jurídico da Camara, aconselhando a emissão de licenciamento, conforme ponto 5 do Parecer Técnico de 19 de abril de 2017;

e) Também sobre o mesmo assunto e emitindo parecer a favor do deferimento, se pronunciou a Chefe do DUPOE na bem elaborada e documentada informação de 24 de junho de 2018;

- depois desta exaustiva e inequívoca documentação legal, APROVAÇÃO por parte do departamento técnico, e departamento jurídico, o Sr. Vereador inexplicavelmente bem agora justificar;



## Assembleia Municipal de Caminha

2º Justificação - sita, "...continua a não ser inequívoco tratar-se de caminho público. Não se sabe em que termos e quando foi feita a cedência, mas sabe-se que na constituição da propriedade horizontal se refere a confrontação com acesso a garagens. Além disso, não se vê qual o interesse para a gestão pública em considerar este acesso como caminho publico. °

A esta segunda justificação em observância somos a considerar:

f) Não tem a ver com propriedade horizontal, mas sim com um Registo Atualizado que tem como pertença a Norte Caminho Publico;

g) Está a ultrapassar/rejeitar uma declaração da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, o que nos parece que é grave;

h) Está a julgar que não existe interesse para gestão pública, o que já é, de gestão pública, que é limpo pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, e que não só serve esta edificação, mas sim, serve vários Municípios, onde já é um dado adquirido;

- Todo este percurso, que aos dias de hoje queremos concluir, tem consequências para o requerente:

- O licenciamento da construção dos três blocos de apartamentos exigiu a apresentação da garantia bancária 311/85 do BCP, atual Millenium BCP.

- Após a conclusão das obras e arranjos exteriores a C.M. emitiu a competente licença de utilização o que permitiu a venda de todos os apartamentos.

- Pese embora a emissão da referida licença, o que só é possível com a conclusão das obras do projeto, o requerente efetuou diversos pedidos, verbais e por escrito, que se encontram junto ao processo, para que a C.M. emitisse documentação para o cancelamento da garantia, mas até ao momento ainda não foi emitido o documento.

- Desde a emissão da licença continuam a ser descontados, de 3 em 3 meses, a quantia de 46 euros que acumulados perfazem mais de 5 mil euros. Estes montantes deverão ser ressarcidos já que o pressuposto que estava em vigor já foi cumprido da parte do Sr. Justino Carvalho, mas que, infelizmente, não foi atualizado pela Câmara Municipal.



## Assembleia Municipal de Caminha

- Tal recusa, inaceitável, está a causar prejuízos de ordem económica com o pagamento de juros, além de problemas de ordem legal com a instituição bancária.

Por outro lado;

- Sensibilizar V. Exa. para a necessidade urgente de desbloquear esta situação, não só pelo que já foi descrito, bem como também:

i) A cobertura do imóvel apresenta ruturas graves, e um estado de conservação gravoso;

j) Com a infiltração maciça de águas pluviais que põe em causa toda a estrutura do prédio, assim como o muro de suporte do lado poente, com evidentes encargos financeiros, além das eventuais responsabilidades de acidentes pessoais;

k) Tivemos a oportunidade de esclarecer V. Exa. que não podíamos ser responsáveis pelos encargos decorrentes desta situação, uma vez que estamos disponíveis para fazer as obras necessárias, desde que, a Camara Municipal proceda á competente Emissão de Utilização;

l) Armazém que paga anualmente 300 euros de IMI e que continua sem o licenciamento;

- Conclui-se que estamos perante um PROCESSO cuja Emissão de Utilização, com: - Aprovação Departamento Técnico - Aprovação Departamento Jurídico - CRP atualizada a atestar Caminho Público

- Declaração da Junta a atestar Caminho Público

- Paga IMI

Está preso/rejeitado por um "entendimento" do Sr. Vereador, que pedimos mais uma vez a sua justificação, e que, julgamos no nosso entender, ter todas as condições para deferimento.

O Requerente"

### **2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**





## Assembleia Municipal de Caminha

### a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa uma Moção, apresentada pelo representante do Grupo Parlamentar da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “Pela criação das Regiões Administrativas”.

De seguida o **Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“Pela criação das Regiões Administrativas

Instituir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado.

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais.

O Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efetuar a descentralização que o País carece e assumia o papel fundamental das autarquias locais, bem como das populações, na tomada de decisão.

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o



## Assembleia Municipal de Caminha

abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas.

A posição assumida, na Assembleia da República, pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local, contrariando aquele que é o posicionamento da generalidade dos autarcas e eleitos desses mesmos partidos, segundo estudo apresentado em 2019, realizado pelo ISCTE-IUL.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 29 de fevereiro de 2020, delibera:

- 1 – Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua ação para a concretizar;
- 2 – Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR);
- 3 – Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente.
- 4 – Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da administração central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos inoportáveis.

A presente deliberação deverá ser enviada para todos os grupos parlamentares representados na Assembleia da República.”





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que tudo que fosse moções e propostas que lhes fosse apresentado com alguma antecedência de forma a poderem entre eles discutirem essa matéria, de forma a poderem levar ali uma ideia concreta sobre o seu sentido de voto.

Disse ainda o Senhor Deputado que numa reunião que a sua bancada teve há algum tempo atrás, discutiram a regionalização e independentemente da posição tomada pelo PSD Nacional, dentro do grupo ali representado existem pessoas que são a favor da descentralização e a favor da regionalização, e outras pessoas que não sabem muito bem o que pensar sobre esse processo, e como de costume a sua bancada tem liberdade de voto, logo, o grupo do PSD pode votar como desejar e entender.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação a Moção, a qual foi rejeitada com 25 votos contra, 5 votos a favor e 4 abstenções.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação social, e fez a seguinte declaração de voto:

- O processo de descentralização está ainda em curso, é um importante instrumento de proximidade com a população ao dar às Autarquias autonomia para a concretização de competências em setores estruturais para o Município;
- É importante consolidar a reforma que se fez e que não está sequer finalizada.



## Assembleia Municipal de Caminha

Ainda assim, não nos furtamos a esse importante debate, e antes de qualquer decisão é efetivamente importante iniciarmos o processo pela primeira “pedra” o debate: O que nos aqui é proposto, é o inverso, pelo que votamos contra.

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia**

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação social, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“A participação dos cidadãos na vida dos seus municípios é, para além de um direito constitucionalmente garantido, uma obrigação para com a comunidade. Ouvindo os cidadãos, as autarquias percebem melhor as necessidades concretas das pessoas, tomam opções mais conscientes e tornam mais eficiente e mais eficaz a sua intervenção social e comunitária.

É justo reconhecer que o atual Executivo do Município de Caminha criou vários mecanismos de auscultação dos cidadãos e empreendeu iniciativas de várias ordens no sentido de garantir processos mais participados e democráticos.

No entanto, também é verdade que vários dos mecanismos e iniciativas levadas a cabo não registam neste momento índices de atividade satisfatórios. Ou se registam não são do conhecimento geral da população e, por isso, também não produzem os impactos desejados junto da comunidade. Vejamos alguns exemplos:

A figura do Provedor do Município foi aprovada e regulamentada em 2014, tendo sido eleito para o cargo o médico Afonso Domingues, por proposta da bancada do Partido Socialista. O mesmo regulamento refere que o Provedor do



## Assembleia Municipal de Caminha

Município é eleito pela Assembleia Municipal de Caminha mediante proposta subscrita por, pelo menos, um grupo parlamentar ou um terço dos seus membros eleitos, e que o seu mandato coincide no tempo com o mandato da Assembleia Municipal.

Estamos no final de fevereiro de 2020, já passou mais de metade do mandato desta Assembleia Municipal, e o processo não foi despoletado para o efeito. Falhámos no compromisso que assumimos perante os nossos eleitores.

Esta iniciativa surgiu na sequência de outras medidas de promoção de um poder local mais transparente e mais participado, como o orçamento participativo, a constituição de órgãos consultivos ou a transmissão em direto, através do site, das sessões da própria Assembleia Municipal. Sobre todas, haverá um apontamento a registar ou, pelo menos, um esclarecimento a solicitar.

O Orçamento Participativo de Caminha é um processo de participação cidadã, que visa assegurar o envolvimento dos munícipes na decisão anual sobre as prioridades de investimento público autárquico, reforçando, desse modo, os mecanismos de interação com a população, de transparência na alocação dos recursos públicos e de aprofundamento da democracia a nível local, lê-se no sítio oficial da Câmara Municipal de Caminha na internet.

No entanto, o referido "mecanismo de transparência na alocação dos recursos públicos" fica aquém do seu desiderato, quando os documentos relativos aos processos do Orçamento Participativo apenas estão disponíveis até ao ano de 2017 e se cingem às atas dos Encontros de Participação.

Falta também aos cidadãos do Município de Caminha a informação sobre o funcionamento dos órgãos consultivos que recentemente foram criados. Está definitivamente implementado o Conselho Municipal de Juventude? Qual é a sua composição atual? E onde é que os munícipes podem consultar os seus pareceres obrigatórios, o seu regimento interno e o seus Planos e Relatórios de Atividades, como consta do seu regulamento publicado em Diário da República?



## Assembleia Municipal de Caminha

E relativamente ao Conselho Económico e Social, cujo regulamento também já foi publicado em Diário da República? Qual é a sua composição nominal e para quando está prevista a respetiva posse que, de acordo com o regulamento, deverá corresponder ao período de mandato da Câmara Municipal? De que forma é que os cidadãos poderão aceder a informações relevantes sobre o seu funcionamento e sobre as suas atividades, previstas no âmbito das suas competências?

Por fim, gostaria de alertar para o facto de não estarem disponíveis, no site da Câmara Municipal de Caminha, as últimas três sessões da Assembleia Municipal. No separador "Assembleia em Direto", a última sessão disponível remonta ao dia 26 de abril de 2019.

Sr. Presidente, da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

Na última sessão da Assembleia Municipal, sugeri ao Executivo a elaboração de um Plano Estratégico Municipal de Sustentabilidade e a publicação de um Relatório Anual de Sustentabilidade, prática já seguida por outros municípios no país, de todas as cores partidárias.

Gostaria de reforçar essa ideia, reiterando que a mesma exige a participação e auscultação das principais instituições do setor educativo, económico, industrial, social e cultural e a elaboração da análise de alinhamento entre as políticas do Município e a perceção e vontade dos cidadãos, das organizações e das restantes partes interessadas.

Acrescentaria mesmo que estou convicto de que não faltará muito tempo até que a produção de relatórios de sustentabilidade seja uma prática obrigatória, regulamentada por lei, pelo que caberá a este Executivo Municipal decidir se apanha a carruagem da frente ou a carruagem de trás.

Como o Sr. Presidente da Câmara referiu, já muito tem sido feito, sobretudo no domínio da vertente ambiental. Mas é fundamental considerar com o mesmo vigor a vertente económica e social. Quais são as práticas de contratação



## Assembleia Municipal de Caminha

pública sustentável levadas a cabo pelo Município? O que é que está a ser feito no âmbito da desmaterialização de processos? Quais são as medidas que estão a ser adotadas no âmbito da avaliação dos níveis de absentismo, da igualdade de género, dos níveis de escolaridade, da saúde, da higiene laboral e da segurança no trabalho dos cidadãos e das instituições do Concelho de Caminha?

São respostas que têm que ser dadas aos cidadãos, através da elaboração e publicação, com carácter regular, de documentos públicos, de fácil acesso e interpretação, que permitam avaliar a atividade dos Municípios, perceber tendências e evoluções.

É um trabalho que só pode ser feito em articulação com a sociedade civil, promovendo a sua participação e envolvimento. Embora sujeita a apreciação técnica e jurídica, a juízos de oportunidade e a critérios de racionalidade financeira, é a concretização das propostas e sugestões dos cidadãos que dá sentido à democracia, participativa e representativa, e contribui decisivamente para o desenvolvimento de comunidades mais fortes e coesas.

Obrigado.”

**O Senhor Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“É com satisfação que Vila Praia de Âncora recebe hoje esta Assembleia Municipal na nossa Freguesia.

E nosso entender, que por sermos somente a Freguesia mais populosa do Concelho de Caminha, esta deveria ser realizada mais vezes ao ano nesta Freguesia. Possibilitando assim uma maior proximidade entre o executivo municipal e seus munícipes do Vale do Âncora.



## Assembleia Municipal de Caminha

Lamentamos, que uma vez que hoje se realiza aqui em Vila Praia de Âncora esta Assembleia Municipal onde estão presentes todos os que têm a responsabilidade nos destinos do nosso Concelho, não estejam também aqui presentes as dezenas de pessoas (Ancorenses) que diariamente se dirigem à Junta de Freguesia para reclamar com quem de direito todas as suas angústias e queixas que recebemos, sobre ruas lastimáveis e esburacadas pela passagem do gás natural, ruas inteiras com candeeiros apagados durante a noite, recolha de lixo e sua manutenção vergonhosa, limpeza das ruas principais da freguesia muito mal feitas, etc...

Como é do conhecimento geral e fazemos sempre questão de o dizer, é público para quem tiver dúvidas dos nossos avisos através de ofícios enviados à Câmara Municipal a informar e alertar para essas mesmas reclamações, todos esses ofícios podem ser consultados na Secretaria da Junta de Freguesia.

Relembramos o Sr. Presidente da Câmara e seus Vereadores, que esta Junta de Freguesia sabe de todos, repito "todos" os problemas existentes nesta freguesia.

Estamos muito atentos ao pouco que é feito, mas muito mais atentos, reivindicando, ao mais que se poderia fazer e não é feito!!!

Disse..."

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

"A educação no Concelho de Caminha tem sido uma prioridade por parte deste executivo camarário, acompanhando os investimentos da parte do governo da república.





## Assembleia Municipal de Caminha

Exemplos desses investimentos são a ampliação e requalificação das nossas escolas.

A gratuidade dos manuais e do transporte escolar. A oportunidade do acesso ao ensino da música, através do ensino articulado refletem as políticas do Partido Socialista.

Um projeto recente colocado em prática por este executivo nas nossas escolas é o SCHOOL4ALL – escola para todos – com o objetivo de promover o sucesso escolar.

Assente nos eixos da motivação e inclusão, este projeto promove diversas ações com as nossas crianças. Os temas passam pela sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento artístico, o espírito crítico e científico, mas também a aprendizagem das tecnologias de informação e comunicação.

Este projeto distingue o Concelho de Caminha a nível educativo, que tem estado na dianteira a nível regional e nacional, dando ferramentas aos nossos alunos para o seu desenvolvimento e para a criação de oportunidades que os distingam no percurso educativo e no seu futuro profissional.

Através do Fundo Social Europeu, Caminha viu aprovado este projeto no valor de cerca de 270 mil euros.

Concretamente este projeto inclui uma “Sala do Futuro” e “Escola Virtual”, que disponibiliza entre outros, computadores, tablets e impressoras 3D.

Uma sala que tem mobilidade física e virtual, uma ciber-escola, possibilitando uma aprendizagem formal e informal.

O projeto dá também um passo inovador com a “Terapia da Fala”, disponível para duas centenas de crianças, com o objetivo de estimular o desenvolvimento fonológico.

Disponibilizar esta terapia às nossas crianças é dar-lhes a oportunidade de desenvolverem as suas capacidades ao nível da leitura, da escrita e no seu desempenho, promovendo o sucesso escolar.

Esta aposta na escola pública tem contribuído para diminuir o insucesso e o abandono escolar.



## Assembleia Municipal de Caminha

Em Caminha tem-se investido muito na educação das nossas crianças.  
Um investimento no futuro.”

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, deu início à sua intervenção e disse seguinte;

“Caminha Terra que Mexe! E é realmente.

O Concelho é notícia a imprensa nacional e estrangeira, em redes sociais, é reconhecida e é, até, desejada.

Motivos, convenhamos, não faltam e só não os veem os que efetivamente não querem ver!

Recentemente, por exemplo, Caminha soube que vai receber, em Forte da Ínsua, um empreendimento turístico que irá revitalizar e reabilitar um ex-líbris do Concelho, um imóvel único, especialmente acarinhado e apreciado pelos naturais e habitantes do Concelho. Conservando e salvaguardando o património identitário do Concelho, o empreendimento turístico trará novas valências, ofertar e apontará, sem sombra de dúvidas, dinâmicas ao Turismo Caminhense.

Imaginem-se a usufruir, ao final de todo este tempo de um forte medieval em pleno Mar Atlântico! O desafio aos turistas será inigualável e a resposta, estou certa, um sucesso nas visitas que nos passarão a fazer!

Se o tema são visitas ao Concelho, falemos do passado Carnaval!

O carnaval em Caminha é um sucesso! É diferente, é uma aposta ganha.

Começo pelos desfiles das nossas escolas, das nossas crianças! A criatividade não tem comparação e é impressionante como, ano após ano, nos conseguem surpreender! Os parabéns e muito obrigada a todos e todas as responsáveis!



## Assembleia Municipal de Caminha

Já na segunda feira à noite, Caminha joga noutro campeonato! Somos um dos maiores carnavais do país e isto nota-se na cor, na música, no ambiente, nos fatos, nas cegadas!

O carnaval de 2020 trouxe a Caminha milhares de foliões e de pessoas num público divertido, encantado e que certamente, regressará!

Foram dezenas de notícias na comunicação social que souberam dar conta do Carnaval que une portugueses e galegos num evento sem igual! Houve espaço para fatos tradicionais, para grupos de temáticas variadas e até para alguma liberdade de opinião! Faz tudo parte é carnaval e ninguém leva a mal!

É fácil, realmente, que o Concelho atraia!

Ainda bem há pouco tempo, os números oficiais vinham novamente reforçar como as dormidas de turistas e peregrinos do Caminho de Santiago voltaram a disparar no ano que terminou e como as previsões para o que se apresenta são em tudo favoráveis e portadoras de bons presságios! Notemos que até os estrangeiros que nos visitam optam por vir viver para cá, uma vez que aumentou também o número de estrangeiros com residência no Concelho.

Certamente que as ruas de cara lavada, obras feitas, a oferta cultural, as nossas zonas fluviais e balneares, uma Serra D'Arga prestes a receber um Parque Natural e tudo o que ainda está para vir em tudo apontam a que o Concelho seja, neste momento, o fenómeno que é!

Mas, porque por vezes também surjam tropeços em caminhos que nos levam longe, há dias o Concelho viu-se em mãos com uma notícia que o abalou.

Bela comunicação social, Caminha sabia-se a perder um evento de calibre como era o Sonic BLast.

As redes sociais e a liberdade (ou a libertinagem) que nelas se vive fizeram a sua parte, por entre duvidas, falta de respostas e até algumas meias verdades, o Sonic Blast abandonava Moledo.

Como é que um evento que sempre gozou do apoio do Município, da Junta de Freguesia, das Associações locais e dos comerciantes acaba por tomar uma decisão destas, Senhor Presidente?



## Assembleia Municipal de Caminha

Tropeços à parte, o caminho está traçado, os passos estão dados e Caminha, Caminha é Terra que Mexe, mas é sobretudo terra que cresce!

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte; “Sabemos que o atual Governo pretende lançar no nosso território um cluster do Lítio, retirando daí todos os dividendos financeiros possíveis, independentemente dos estragos ecológicos que possa vir a provocar.

Este desiderato está a ser cozinhado desde 2016, quando criaram um Grupo de Trabalho para verificar quais as zonas com maior propensão de lítio no nosso País. Foram identificadas 9 áreas.

Essas áreas foram validadas em Conselho de Ministros, em 2018, como sendo as zonas do território que o Governo iria por à venda a investidores estrangeiros. Ou seja, querem vender o nosso território, para destruição em grande escala, em troca de dividendos financeiros.

No início de 2019 a população esclarecida começa a insurgir-se e a não querer que contaminem os seus solos, que ponham em risco a sua água pura com uma indústria que utiliza milhões de metros cúbicos de água em lavagem de minério, nem ver áreas esburacadas por exemplo com 800 metros de diâmetro. Face a esta intervenção pública e repúdio popular, muitos autarcas fizeram marcha atrás no que tinham dito e, nas pretensões de serem cúmplices da venda dos territórios, posicionaram-se ao lado das populações. Conste-se que que já conheciam as pretensões do Governo desde 2018 e nunca esclareceram nem alertaram as populações.

O próprio Governo tem adiado a pretensão porque não consegue ver abertura por parte das populações.

Agora, usando um fait divers, tentam lançar a ideia de que estão a adaptar a lei para que tudo corra bem.

Lendo o projeto de decreto-lei para regulamentar a lei das minas a Lei 54/2015, de 22 de Junho - verifica-se que o Governo pretende reforçar o poder das Câmaras Municipais e dos movimentos cívicos, dando poder de veto a uns



## Assembleia Municipal de Caminha

e assento em comissões de acompanhamento a outros, mas a verdade é que não abdicará do seu poder soberano de promover "a exploração de um recurso em benefício de todos os cidadãos, de forma sustentável nas vertentes económica, social e ambiental".

É claro quando refere que as câmaras terão direito a parecer vinculativo, à exceção dos concursos públicos.

Ora, é aqui mesmo que estamos. Estamos perante um concurso Público do Governo de Exploração massiva de Lítio, e é contra este que a população se insurge. E é contra este Concurso que nós estamos desde o início, mesmo quando tentaram deitar areia para os olhos das pessoas.

Ou seja, este movimento feito pelo Governo só serviu para ganhar tempo e gerar confusão nas pessoas. Os problemas de um concurso publico desta magnitude mantém-se.

Áreas muito extensas; Indústria extremamente poluente; direitos de expropriação de terrenos cedidos às empresas que ficarem com as concessões; direito a usarem as linhas de água que bem entenderem.

Uma das áreas que o Governo tem reservadas para o lançamento do Concurso é mesmo o da Serra de Arga, embora a regulamentação da Lei das Minas imponha a exclusão de todas as áreas protegidas, classificadas e da Rede Natura, dos concursos para atribuição de direitos, a verdade é que ainda existe uma enorme área para prospeção e exploração.

Aliás, a área protegida é a mais ínfima parte daquilo que querem explorar. A verdade é que essa área de proteção já está prevista no mapa da DGEG.

O problema é toda a restante área.

Como se protege o topo e se destrói as encostas?!

Sabendo que há a intenção de repartir com os Municípios os benefícios económicos da exploração, partilhando os royalties mineiros, facilmente se chega à conclusão que o nosso Concelho em breve ficará todo esburacado.

O PSD de Caminha já por diversas vezes, em diversas ocasiões em diversos acontecimentos manifestou a sua posição quanto a este tema.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

## Assembleia Municipal de Caminha

Não podemos concordar com este Programa do Governo de Exploração massiva do nosso território.

Mas, para que não haja qualquer tipo de dúvida, mais uma vez e em reunião de Assembleia Municipal, dizemos que somos contra toda e qualquer prospeção e exploração de Lítio no nosso Concelho.

Apelamos a que haja uma posição pública por parte da CIM relativamente a este assunto.

Estamos disponíveis para assumirmos todas as formas de luta para impedirmos que o Lítio avance em Caminha e no Alto Minho.

E de facto, só o faremos ao lado de quem tem sido honesto e leal nesta luta desde o início, como as populações e os movimentos cívicos criados.

Como diz Ernest Hemingway: E quem está ao teu lado nas trincheiras importa? Sim, mais do que a própria guerra.

Unidos, com a população ao nosso lado temos que conseguir fazer parar este ímpeto de venda e destruição do nosso território por parte do Governo.

De seguida o Senhor Deputado colocou algumas questões;

“Queremos colocar aqui uma questão que nos tem intrigado.

Protocolo com a Altice.

Em dezembro de 2019 o Sr. Presidente da Câmara faz anúncio público de um protocolo com a Altice, com pompa, circunstância e comunicação social, claro. Queremos começar por perceber como é que se faz anúncio público de um protocolo que nunca se chega a levar a reunião de câmara, para ratificação no mínimo, como é de lei.

Ou seja, neste momento não tem protocolo algum porque o órgão próprio ainda não o validou e já passaram quase 3 meses.

E ainda temos outras dúvidas.

Vejamos:

Em 2017 a Câmara de Caminha assina protocolo com a DST para trazer a fibra ótica para o Concelho. Em boa hora o fez, é um facto!





## Assembleia Municipal de Caminha

Uma candidatura de 1 milhão de euros para levar a fibra a 15 mil pessoas, ou seja, 95% do Concelho.

Em 2018, depois da primeira fase estar concluída, procede-se à segunda fase da candidatura. Valor do investimento (empresa e candidatura) foi de 1.5 milhão de euros, atingindo assim os ditos 95%.

E agora, pasme-se, no final de 2019, surge um protocolo com a Altice para chegar, novamente aos tais 95%, a que já tinham supostamente chegado com a DST.

Este protocolo causa estranheza, ainda para mais quando se vêm ofertas por parte da empresa à Escola e ao próprio Município em nome de um Programa Operacional, com um cheque de 750 euros entregue em mão à Sra. Vereadora da Ação Social.

Um cheque para o suposto e cito da notícia na página do Município: "Programa Operacional à pessoa carenciada" (cito, porque nem no nome do programa operacional acertaram) quando o programa operacional tem regras e forma de funcionamento muito concretas.

Pode uma empresa andar a dar cheques a uma Câmara Municipal, e a mesma a recebê-lo em nome de um Programa Operacional, em mão, pela própria vereadora?! O que aconteceu com o protocolo anterior, e com as verbas que lhe estavam destinadas, por via do financiamento da candidatura para que a fibra ótica chegasse a 95%? "

"O estado dos arruamentos no Concelho é deplorável e não é digno de uma terra como a nossa que se quer pautar pela excelência no turismo.

Existe por todo o Concelho estradas em estado de deterioração acentuadas.

Muitas delas coincidem com a intervenção da EDP gás.

A obra ainda está em garantia, pelo que deve o Sr. Presidente exigir da empresa que reponham o tapete com igual qualidade ao que removeram aquando das obras de colocação de tubos para a instalação do gás natural.

Nas outras vias, deve o Sr. Presidente, na nossa opinião, priorizar as boas condições de acessos e circulação a todos, investindo na sua reparação."



## Assembleia Municipal de Caminha

“Agora que o Carnaval já passou compete-nos fazer um pequeno balanço como forma de contributo para o futuro, caso haja abertura para nos ouvirem.

O Corso de carnaval correu bem, teve muita gente a participar e muita mais gente a ver.

Caminha de facto encheu nessa noite.

No entanto vejamos o seguinte: as pessoas só chegaram a Caminha quando o curso começou e no final voltaram para as suas casas.

Toda a atividade comercial que importava fomentar não pode usufruir deste evento.

Para além da nossa opinião, que já a demos em devido tempo, de que temíamos que se perdesse o misticismo daquele carnaval trapalhão, com décadas de história, que trazia milhares de pessoas a Caminha, continuamos a rezear que o atual modelo de Carnaval esteja a concorrer com as tradições existentes e a acabar com elas.

E não precisa de concorrer.

A título de sugestão para um próximo ano, gostaríamos de deixar este contributo: Porque não fazer o curso de carnaval da parte da tarde, trazendo essas pessoas a Caminha em horário que possa mobilizar toda uma economia comercial e de restauração, de forma a permitir que os visitantes fiquem a conhecer o nosso Concelho.

Esta mudança do horário permite que se possa usufruir da noite em Caminha, permitindo que o carnaval trapalhão se faça na Rua como sempre se fez, de forma a ver as ruas cheias durante a noite também.

Esta é a nossa sugestão e contributo para futuras edições.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;



## Assembleia Municipal de Caminha

“Queremos iniciar esta nossa intervenção associando-nos à satisfação do executivo camarário e à de todos os membros dos órgãos municipais pelo sucesso da grande noite de Carnaval. Caminha apostou e, pela afluência e participação das populações locais, a aposta foi ganha. Em poucas edições atingimos este patamar impressionante. Esta iniciativa trouxe à sede de Concelho um número incontável de pessoas e tem levado ao envolvimento direto de muitos locais, sendo notório o crescimento em quantidade de qualidade.

O nosso Carnaval tem particularidades distintas de outros, e mesmo dos amigos do outro lado da fronteira que a cada ano integram o nosso curso. Os nossos figurantes retratam e valorizam o património e enchem-se de crítica social. E é nesse domínio que ficou claro o descontentamento da população no que a obras diz respeito. O pesado efeito que há nos arruamentos e acessibilidades não passou ao lado do Carnaval e teima em não passar ao lado do dia a dia dos munícipes de Caminha, dos vales do Âncora e do Coura-Minho.

Estamos certos que esta não é, seguramente, a vontade do executivo, mas terá que fazer muito mais para se afirmar junto das empresas que rasgam os arruamentos e os deixam no estado que vemos.

No mesmo princípio, que aparenta desleixo, mesmo que não o seja, temos a iluminação pública, com muitos casos de falhas de lâmpadas, prejudicando a visibilidade em muitos locais.

Urge maior zelo pelo espaço público. A imagem que temos é de um município pouco importado com o seu território, crescendo os impactos negativos sobre a paisagem e a mobilidade.

Já não é de agora e a CDU tem vindo a alertar para ocupação descuidada, do que são exemplos as esplanadas que subtraem passeios, largos e ruas. Agora somamos o estado das vias, mas não só. Um simples passeio pelas zonas pedonais, ecovias e passadiços, mostra como, por exemplo, o passeio Dr. Francisco Sampaio já tem cordas cortadas, lixo na junqueira, sendo a situação



## Assembleia Municipal de Caminha

pior ainda no passadiço dunar, estando as cordas arrancadas a servir de cama de rede numa das encostas da mesma duna. Na ecovia que une Vila Praia de Âncora a Moledo persiste o impacto causado por instalações precárias para animais, que até poderiam ter um efeito turístico muito interessante se o espaço fosse valorizado, mantendo a convivência com as aves, os ovinos, caprinos e equinos. O paredão de Moledo sofreu igualmente vandalismo na sua nova área, e assim poderíamos continuar com outros tantos exemplos até aos limites do Concelho.

Claro que na verdade não só o executivo é culpado. Diríamos mesmo que por sua vontade estas situações não existiriam. Mas é a ele que cabe a responsabilidade de tomar as ações necessárias para que isto não aconteça. Cabe-lhe realizar as campanhas de preservação. Cabe-lhe negociar e exigir o cumprimento das obrigações junto das empresas que executam as obras públicas. Cabe-lhe fiscalizar e intervir. Cabe-lhe solicitar os apoios necessários. Cabe-lhe alterar hábitos e cuidar da segurança de todos, no respeito pela paisagem, garantindo a qualidade de vida dos munícipes.

E a segurança mede-se também na proteção natural do território, por isso questionamos o executivo sobre as informações que tem quanto à monitorização do cordão dunar de Vila Praia de Âncora. O mar avança e a duna, de pequenas dimensões e pouco consistente, ameaça não impedir nova ligação do mar ao rio, nos Caldeirões. É necessário entender porque nunca se completou o passadiço elevado a ligar as dunas na zona dos caldeirões, evitando o pisoteio, ou porque razão não se eleva o passadiço no cordão dunar de Âncora. Cabe-nos assim questionar sobre a monitorização feita, ou não, a esta defesa natural.

Certo é que nem tudo são competências municipais, mas é uma obrigação sua pugnar pelo território e nele ver as melhores oportunidades. E nesse sentido questionamos o executivo sobre as atribuições e competências relativas ao Portinho de Vila Praia de Âncora e área envolvente, nomeadamente o papel da



## Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal em articulação com a Capitania do Porto de Caminha e a DOCAPESCAS.

As competências municipais não se extinguem nos comodatos e por isso queremos igualmente que seja feita pelo executivo camarário o ponto de situação ao comodato celebrado com a Associação Ventura Terra relativo à Casa Ventura Terra, em Seixas, resultado apenas da vontade do executivo camarário de então, liderado pelo PSD, com o apoio dos seus eleitos municipais e a abstenção do PS. Dos 30 anos de entrega do edifício, 7 já passaram e urge saber se os propósitos que ditaram esta entrega a uma associação formada por familiares e amigos da obra de Ventura Terra estão ou não a ser cumpridos.

Finalmente terminaremos com o início de funções da empresa Águas do Alto Minho. De todos é sabido o posicionamento da CDU nesta matéria e do enorme prejuízo para o município e para os seus munícipes que esta decisão acarretou. O PS ficará para sempre associado ao fim das competências do município de Caminha na gestão da sua água, sob falsos pretextos e sobretudo com uma visão imediata que se relaciona mais com a incapacidade de honrar pagamentos de dívida do que com a visão estratégica de futuro no domínio da Água. Caminha vendeu-se e alimentou o monstro da vontade privatizadora da Água.

A CDU alertou por diversas vezes que se impunha uma transição justa para os munícipes, sendo obrigação da Câmara Municipal garantir um processo transparente e equilibrado. Assim não fez a Câmara Municipal que efetuou leituras antes do Natal, não correspondendo, por isso, a acertos de consumo devidos ao município. Dessa forma abdicou de receitas de água relativas a mais de uma semana de consumos, mas acima de tudo, prejudicou os munícipes ao transferir esse consumo para a nova empresa, obrigando-os a pagamento com tarifário superior, apesar do consumo se ter efetivado em tarifário inferior. Mas ao não acompanhar devidamente esta transição, deixou os munícipes à mercê da nova empresa que até à data ainda não enviou as





## Assembleia Municipal de Caminha

faturas aos munícipes de Caminha. Assim sendo, e tomando como referência o dia 19 de dezembro de 2019 como a data da última leitura do município de Caminha, falamos já de mais de dois meses de consumo a cobrar em tarifário ao dia, não sendo ainda claro a que período será atribuído esse consumo. O certo é que a empresa não poderá cobrar em período anterior ao da sua entrada em funções, no entanto as leituras obrigarão a que o consumo de dezembro tenha que ser contabilizado em janeiro e dessa forma ditará um consumo maior, não por ser real, mas por ser atribuído a um período menor. Desta forma os valores a pagar serão necessariamente maiores. Em resumo, quem ganha é a nova empresa que cobra água relativa a período em que não estava em funções e volta a ganhar porque aplica o seu tarifário a água que não vendeu. Quem perde é o município de Caminha que não arrecadou a receita total dos consumos da água de dezembro de 2019, e perdem igualmente os munícipes de Caminha, dos vales do Âncora e do Coura Minho, que são obrigados a pagar água ao dobro do preço por um período que não lhe deveria ser cobrado pela nova empresa, e voltam a perder os munícipes de Caminha porque lhes faturam um consumo maior num menor intervalo de tempo, levando ao aumento de tarifário de forma injusta.

Sobre isto urge ouvir o executivo camarário, sendo também, neste cenário de cobrança excessiva sobre os munícipes, importante conhecer quem ganha neste negócio. Tratando-se de uma parceira pública-pública, comecemos pelos vencimentos da administração, solicitando ao executivo camarário que partilhe essa informação com esta assembleia e com os munícipes de Caminha.

Disse. “

**O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que é sempre um prazer estar em Vila Praia Âncora, nestas Assembleias Municipais, e que neste mandato, se constatou que seria importante que ali





## Assembleia Municipal de Caminha

estivessem, e é um prazer que ali se façam como se fazem as celebrações do 25 de Abril, e é nesta partilha que todos ganham no Concelho de Caminha.

Foram colocadas várias questões às quais gostava de responder, algumas de uma forma mais breve, outras com algum cuidado e também com algum tempo.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Carlos Videira, disse o Senhor Presidente que na essência da sua intervenção, tem razão, ele próprio prende-se como algo incompetente a gerir este trabalho da participação, do orçamento participativo, foi ele que o lançou, está no seu pelouro, e gostaria que estivesse melhor e de dar ali uma nota mais rápida para que isso pudesse funcionar, sabe que é estranho, mas, tem que lhe dar razão sendo da oposição, e tentará fazer e ser melhor do que tem sido nesta matéria e por isso também se penitência.

Relativamente à intervenção do Sr. Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal também está atenta ao pouco que a Junta de Freguesia faz pela sua Freguesia.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Filipe Fernandes disse o Senhor Presidente que aquilo que ali proferiu é de facto o que está a acontecer na educação é algo que não tem estado nos discursos políticos globalmente exceto do PS e justiça se faça da CDU e não tem estado, porquê? é algo inconveniente. Inconveniente, naturalmente para quem faz o combate político desta Câmara Municipal, porque representa a fronteira entre o fracasso de 12 anos de trabalho na educação naquilo que se pretende atingir em alguns itens e aquilo que é um bom trabalho, na reformulação, de uma nova Escola Secundária em Caminha, uma nova Escola Básica em Vila Praia de Âncora, a Escola Pública, o ensino Secundário ali em Vila Praia de Âncora, uma nova sede para a Academia de Música, o transporte escolar gratuito, o apoio aos projetos do sucesso escolar, o trabalho de desenvolvimento que o executivo faz com o agrupamento. A verdade, é que se tem vindo a fazer a bem do



## Assembleia Municipal de Caminha

Concelho e têm feito bem esse trabalho, por isso é justo que ali se faça menção do trabalho que se faz, e o facto de ter saído nas notícias a nível regional e a nível nacional que a Câmara Municipal tem um projeto onde leva a terapia da fala aos Jardins de Infância do Concelho de Caminha é algo absolutamente notável e era bom que todos soubessem que isso acontece no Concelho de Caminha. Sabe porquê? Porque não acontece na generalidade dos outros Concelhos e isso faz com que todos estejam orgulhosos do trabalho do executivo na educação que é para continuar. No âmbito da descentralização já com mais responsabilidades por parte do Município.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Renata Monteiro, disse o Senhor Presidente que se deve sublinhar aquilo que se ouve pouco e que é uma verdadeira revolução que tem acontecido no Concelho de Caminha nos últimos anos, naquilo que diz respeito à Indústria do Turismo. Uma revolução que é feita através das empresas, do comércio, das pessoas que trabalham na restauração, mas também da Câmara Municipal que desenvolve um trabalho exemplar, dando sinais claros de que é parte deste desenvolvimento. Com alguns exemplos como ali em Vila Praia de Âncora, e ainda há poucos anos atrás se desvalorizava completamente a Bandeira Azul em Vila Praia de Âncora, achavam que não fazia sentido, não valia a pena, até se tinha desistido. Os responsáveis autárquicos da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora tinham desistido. Mas, este executivo não desistiu, foi atrás do prejuízo, e resolveu o que se tinha a resolver e Vila Praia de Âncora, há 4 ou 5 anos seguidos tem Bandeira Azul, como todas as outras praias do Concelho de Caminha. E, a praia fluvial de Vilar de Mouros que também não estava neste lote, hoje seja uma marca distintiva do Concelho de Caminha. O que atrai muitos turistas. Assim, como atrai por exemplo, o trabalho que se tem vindo a fazer de valorização do território, com o apoio aos eventos, à Festa do Mar e da Sardinha, a Festa do Espadarte e o Vila Praia em Flôr que deu uma volta total, usando-se flores naturais, o que é muito mais atrativo que as flores de plástico, vejam bem, no tempo em que o plástico não



## Assembleia Municipal de Caminha

fazia mal, não havia problemas para o ambiente, tudo isso este executivo mudou e tudo isso qualifica o território. Assim como qualifica também o trabalho que se está a fazer no espaço público, desenvolvendo o espaço público, colocando a nossa praia muito mais bonita, o que nos deixa orgulhosos.

Disse ainda o Senhor Presidente que ouviu de um autarca ali de Vila Praia de Âncora, dizer que a praia era uma vergonha, porém, ele sente muito orgulho na praia de Vila Praia de Âncora, tem flores desde a Primavera ao Verão, tem tudo arrumado, agora, existem alguns problemas, que se estão a resolver. Mas, o facto é que o turismo tem crescido a nível exponencial. O número de hóspedes e de dormidas no Concelho de Caminha, subiu mais de 100% desde que este executivo tomou posse. Dobrou o número que havia em 2013 e só em proveitos de hotéis, são 150% a mais hoje do que em 2013. E, até se pode achar se isso é pouco, ou, é muito; é mais do que a média nacional, é mais que a média do Norte e é mais do que a média do Alto Minho. Portanto, alguma coisa este executivo está a fazer bem. Disse ainda o Senhor Presidente que a Ínsua foi colocada no programa REVIVE e lançado este projeto, foi adjudicado a uma empresa que por acaso é portuguesa, o qual o deixou particularmente mais feliz, embora não fosse isso que pudesse escolher entre uma e outra. É uma excelente notícia para o Concelho de Caminha. No entanto, ouviu dizer: “mas é um património do Estado! Agora vai ser atribuído, mas, devia ser um Museu”. O património vai ser recuperado porque, o privado tem que o recuperar. E finalmente, depois de décadas de abandono vamos ter um património dedicado à economia do nosso território. É uma boa notícia para o Concelho de Caminha.

Quanto ao Carnaval deixará para mais tarde, disse o Senhor Presidente, porque quer ali dar umas notas a propósito de uma intervenção que ouviu posteriormente, quanto ao SONICBLAST, porque, este ano, o que aconteceu foi algo diferente, e tem a ver com o facto de nos últimos 2/3 anos o SONIC BLAST ter crescido muito. No mesmo espaço, que foi um espaço que a Junta



## Assembleia Municipal de Caminha

de Freguesia cedia como apoio e que o Centro Cultural de Moledo cedia também a AMIR. Porém, tem duplicado nos últimos 2 anos o número de pessoas que ali estavam, criando incómodos nos lixos, nos ruídos e em tudo aquilo que tem a ver com esta organização. Porém, o que aconteceu este ano é que a Câmara Municipal fez uma reunião com um conjunto de moradores das ruas adjacentes ao sítio onde se faz o festival e esses moradores entregaram um abaixo assinado, e como devem compreender, ele conhece praticamente todas as pessoas pois, trata-se da sua Freguesia e esse mesmo grupo de cidadãos fez o mesmo na Assembleia de Freguesia de Moledo. E, o que um Presidente de Câmara deve fazer, perante uma situação destas? Perante uma situação destas fez um levantamento dessas queixas, de 90 cidadãos da Freguesia de Moledo que ali estão: os quais se queixavam da falta de atenção por parte da organização, de problemas com o lixo, com o ruído, com o ambiente criado antes e durante o festival, e numa situação destas, a obrigação de um Presidente da Câmara, é sentar todos à mesa para encontrar uma solução. E, foi isso que se fez. Convocou o executivo, a Junta de Freguesia e a organização do Festival SONICBLAST com quem tem vindo a trabalhar nos últimos anos, da seguinte forma. A Câmara Municipal, neste momento estava a apoiar o SONICBLAST com um montante de 12 mil euros diretos, mais 4 mil euros de pagamento de serviços, e todo o resto: palcos, gradeamentos, ambulâncias, recolha de lixo, água, luz, e todo o tipo de infraestruturas que podem pensar, a Câmara Municipal estava lá a trabalhar, a montar o festival com gosto e na estratégia que tem para o Concelho de Caminha. E, todos sentados à mesa, deu-se conta daquilo que eram as reclamações das pessoas e da indignação que tinha existido numa Assembleia de Freguesia de Moledo. E nesse encontro, foi apresentada uma proposta que foi aceite por todas as partes que estavam na mesa. A proposta foi, perante a possibilidade de se ter que mudar o local do Festival, porque já não servia para o próprio Festival, não servia às pessoas, foi proposto que o Festival se mantivesse no mesmo local para 2020, porque não se ia ter tempo de



## Assembleia Municipal de Caminha

encontrar uma alternativa, ninguém via uma alternativa assim a aparecer do nada, para solucionar imediatamente o assunto. Essa proposta foi aceite a contragosto devo dizer da Junta de Freguesia de Moledo, mas, com a promessa de Senhor Presidente falar com as pessoas para explicar, porque é que se teria de ter o Festival em 2020 naquele local. E, foi compreendido por todas as partes, para se ter o festival no mesmo local, ter-se-ia que dialogar com as pessoas encontrar uma solução porta a porta para que as pessoas naquelas noites, se assim o quisessem, fossem acolhidas noutros locais ou em casa de familiares ou hotéis, para que todos os danos causados pelo Festival comprovadamente calculados pelos Festival fossem acolhidos no seguro do próprio festival como acontece aliás em qualquer outro evento Municipal. Nesse mesmo dia ou no dia seguinte, recebeu um telefonema da organização que lhe disse, depois de ter aceite esta premissa do Festival se realizar em 2020 ali em Moledo, no mesmo local, que não o aceitavam, porque se as pessoas estavam descontentes também eles partiam de imediato para outra solução. Porém, não foi a solução proposta pelo executivo, no entanto começou-se a trabalhar nessa solução e foram apresentadas 4 soluções diferentes: 3 em Moledo, Moledo/Cristelo e uma em Âncora, junto ao Campo de futebol do Âncora Praia, aproveitando o espaço limítrofe para colocarem o campismo e aproveitando a praia, o rio e a ligação a Vila Praia de Âncora, transformando assim, não só num Festival de Âncora, mas de Vila Praia de Âncora. Contudo, não foram aceites as propostas. Soube o executivo que houve privados a apresentar outras propostas, isto, ao longo do tempo, pelo menos de dois, noutros espaços em Moledo, mais para dentro da Freguesia, as quais também não foram aceites. Perante estes factos, e já numa reta final a necessidade de se encontrar uma solução rápida e havia da parte da organização uma decisão para tomar. O executivo disse que para além das 4 soluções, não tinha mais nenhuma para lhes apresentar ali no Concelho de Caminha, e entenderam não aceitar nenhuma delas. E por isso o SONIC BLAST decidiu sair de Moledo e é essa a verdadeira história e aquilo que ele





## Assembleia Municipal de Caminha

não gosta é que se crucifiquem duas entidades: a Câmara Municipal, isso está tranquilo, já está habituado, não há problema nenhum. Mas, há duas entidades que julga que não se devem crucificar: a primeira, são as pessoas, as pessoas que se queixaram, não tem de ser crucificadas. As pessoas sofreram naqueles dias, não conseguem dormir, tem as suas casas prejudicadas, faz parte se queixarem, e foram ouvidas, houve um debate e chegou-se a essa solução. Não devem ser prejudicadas por levantar a voz. E a Junta de Freguesia também não deve ser crucificada, porque se alguém esteve sempre ao lado da organização, foi a Junta de Freguesia que deu tudo o que podia dar para encontrar essa solução. E mais, às vezes extravasando a defesa daquilo que acontecia naquele local, assistiu ao próprio Presidente da Junta a ter de facto várias bravatas pessoais com pessoas que protestavam contra o festival e defendeu-o até ao último segundo. Por isso, deixa ali esta nota, porque é que não se conseguiu fixar o Festival no local, porque a organização que é dona e senhora do festival e entendeu que não havia condições e que nenhuma das soluções apresentadas eram capazes, e aquilo que este executivo deseja ao festival é uma boa e longa vida, porque o festival tem qualidade, os organizadores são pessoas que todos conhecemos, trouxeram muito boa música e muito dinheiro a Moledo, mas ninguém pode obrigar a entidades privadas a fazerem algo, que não querem fazer, que não querem estar, e portanto, estas coisas tem de se ver com esta normalidade, tem de se seguir o caminho para a frente e esse caminho é aquele que se vai seguir.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que se sente muito satisfeito que as obras fossem até a uma parte do tema do Carnaval, porque quer dizer que as obras que se vão fazer e que estão a acontecer, as obras que o Município potência são já tema de debate. Uma boa notícia para todos até para a uma sátira. Contudo, tem razão naquilo que diz tudo o que é provocado pelas obras do gás natural, a falta de iluminação pública, cordas cortadas, tudo o que tem a ver com vandalismo que foi feito por exemplo no Paredão em Moledo, é algo que o





## Assembleia Municipal de Caminha

executivo não pode controlar e depois vai-se atrás do prejuízo para melhorar essa situação. O executivo, tem feito aquilo que é possível, e destaca ali dois temas importantes, não por dar menor importância aos outros temas que ali levaram, que com mais ou menos dificuldade se conseguiram resolver, mas pela sua dimensão que é a questão do gás natural.

O gás natural é uma boa notícia para Concelho de Caminha. Conseguiu-se trazer a rede de gás e é um salto importante do ponto de vista civilizacional, mas, há muito para fazer na reposição de pisos e na questão da iluminação pública. Porém, vê-se por todo o distrito que há uma espécie quase de movimento global das diversas alternativas a propósito desta matéria a Câmara Municipal gasta hoje metade do seu tempo a pedir que a iluminação pública seja reposta, a substituição de postes, toda essa matéria é um tema que está em cima da mesa, não tem uma solução mágica para isso, porque já a tinha aplicado, agora o conjunto de autarcas estão a atuar não de forma isolada, mas de forma concertada. Contudo, espera que em breve as coisas possam melhorar, é a convicção do executivo.

Relativamente ao passadiço de Âncora e das Dunas, disse o Senhor Presidente que o executivo entendeu que aquele passadiço tal como foi construído, tal como foi colocado no local, não só tem alguns problemas no seu impacto junto da duna, com aquela estrutura, naquele espaço numa duna que se move, uma estrutura de madeira tem problemas gravíssimos, por muito que o executivo atue sobre o passadiço, passadas semanas, meses ou um ano dependendo da situação voltam os mesmos problemas. E o executivo não pode a andar a pagar um passadiço praticamente todos os anos, ou ano sim ou ano não. Isso, não é possível, logo, o posicionamento do executivo é muito simples. O que executivo quer é fazer a Ecovia que liga a ponte do passeio Francisco Sampaio, fazer a Ecovia por dentro da própria Gelfa. E, é essa ecovia que já está candidatada e que está pronta a ser avançada se houver o financiamento para tal, foi mais uma vez elencada como prioridade da Câmara Municipal numa carta que escreveu ao Ministro do Ambiente, há duas semanas



## Assembleia Municipal de Caminha

atrás: a necessidade de ter financiamento para essa Ecovia, porque a ideia do executivo é mesmo que se faça a ligação entre o Rio Âncora, até ao Forte do Cão, que atravesse a Mata da Gelfa, e a intenção é que com essa ecovia se retire o passadiço que não tem condições nem nunca terá condições, porque a Câmara Municipal não consegue atuar/ reparar semana sim, semana não, de cima das Dunas dos Caldeirões.

Quanto à Duna dos Caldeirões, disse o Senhor Presidente que haverá um reforço da Duna, se tudo correr bem naquilo que diz respeito à obra do desassoreamento de Vila Praia de Âncora, e está a falar de uma obra 1 milhão e 400 mil euros, em que o executivo teve que reunir dinheiro que vem do Ministério do Ambiente com dinheiro que vem do Ministério do Mar, estando à espera da promulgação do Orçamento de Estado que prevê que o Ministério do Mar coloque ali a sua fatia para que este desassoreamento possa ser feito e aí já se tem o procedimento, já está pronto! Está avançado! Parou, porque antes de se adjudicar tem que se ter o dinheiro, quando houver esse dinheiro, será adjudicada, terá que ir a Tribunal de Contas. Se a obra tiver que ser feita, com sorte começa a ser feita em maio/ junho e vai passar em cima da época balnear. E não digam, que essa não é a época certa, porque a seguir vem o Inverno e em cima do Inverno não se consegue ter barcos a trabalhar em cima do mar naquela zona. Portanto, esta é uma situação complexa terá que se acomodar, mas há uma coisa que tem de ser feita que é o desassoreamento daquele Portinho e a areia que ali está é aquela que vai para a Duna dos Caldeirões.

Relativamente às Águas do Alto Minho, disse o Senhor Presidente que já entrando com uma espécie de resposta “vodka laranja”, ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro e ao Senhor Deputado Rui Taxa, que algumas coisas que se dizem, umas são verdadeiras, outras nem tanto. Em primeiro lugar, ainda não chegaram a grande parte das faturas das Águas do Alto Minho, aos cidadãos do Concelho de Caminha, uma vez, que a última fatura foi colocada nos correios no dia 24 de fevereiro, e o problema tem sido com os correios, porém,



## Assembleia Municipal de Caminha

as faturas estão a chegar a casa das pessoas. Contudo, é preciso compreender que se está no início, no arranque de uma parceria e de uma empresa nova. E como é natural há ali ajustes e acertos que vão acontecer. Esta fatura que vai chegar a casa das pessoas, irá haver faturas com 15 dias de faturação, com 30 dias de faturação e outras com 40 dias de faturação, mas, serão acertadas mês a mês. Contudo, se é verdade que uns vão pagar menos e outros mais, também na segunda ou terceira fatura os acertos aconteceram e as pessoas acabaram por pagar de forma igual. Disse ainda o Senhor Presidente que estas faturas vão permitir também aferir algo que tem sido dito de uma maneira, mais atentatória à Câmara Municipal, no ataque que se faz à Câmara Municipal sobre os valores que as pessoas vão pagar. Por exemplo, uma fatura em virtude da leitura que se possa fazer, em virtude dos dias que se apanham, possa ser um volume que não se estava à espera, ou muito baixa, ou muito alta, para o que se costuma pagar. Mas, o Senhor Presidente de uma forma clara e para que não haja dúvidas nenhuma sobre essa matéria disse que; um consumo 5 m<sup>3</sup> de água com estas novas faturas da Águas do Alto Minho vai pagar cerca de 0,40€ mais do que o que pagava; e um consumo de 10m<sup>2</sup> que é a média, vai pagar cerca de 0,60€ a mais do que pagava. Ou seja, no caso de Caminha e de Viana do Castelo a subida que acontecerá, como sempre o disse, é uma subida de atualização anual, porque aquilo que eram as tarifas do Município, são as tarifas da ADAM. E, portanto, nessa matéria está-se completamente distinto dos outros municípios onde existem casos, com este exercício que irão subir as faturas em cerca de 57%, mas, esse tempo já se passou, como sempre disse, foi o tempo do ajuste e agora vai-se pagar em linha com aquilo que são as Águas do Alto Minho.

Para terminar, disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que não faz ideia com toda a sinceridade, qual seja o vencimento dos membros do Conselho de Administração. Mas, o Presidente da Câmara, não faz parte do Conselho de Administração das Águas do Alto Minho, portanto essa matéria é uma matéria pública, poderá ser esclarecida,



## Assembleia Municipal de Caminha

não tem problema nenhum sobre isso, mas, a verdade é que não faz ideia de qual seja o vencimento dos membros do Conselho de Administração, sendo que há membros do Conselho de Administração que não ganham nada por isso, nem senhas de presença por estarem nas reuniões.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, disse o Senhor Presidente que aceita o seu pedido de desculpas, a mudança de opinião do PSD sobre o Carnaval, é bem-vinda a esta casa. Depois de tanto tempo a dizer mal do Carnaval de Caminha, depois de ter vaticinado o fim do Carnaval de Caminha, a morte do Carnaval de Caminha, até só demoraram 5 anos a chegar a uma conclusão diferente. Foi preciso ver muitos desfiles, mas, agora até tem um Vereador a ganhar os desfiles, o PSD já é a favor do Carnaval de Caminha e isso é uma boa noticia para todos. Disse ainda o Senhor Presidente que esta mudança de opinião do PSD, é bem-vinda, é das primeiras vezes que acontece, e o executivo aceita o vosso pedido de desculpas, e aceita também depois de terem dito, como foi dito em reuniões de Câmara, que se estava a destruir o Carnaval, que era um Carnaval de Torres Vedras. E de que havia muita gente que vinha de fora para aqui, não viam aqueles desfiles, aquelas Comparsas, e que se estava a matar ou a desvirtuar aquilo que sempre foi o nosso Carnaval, e nunca irá concordar com este tipo de alteração. Quem disse isto foi a Vereadora Liliana Silva, certamente como nunca irá concordar com esta alteração. Mas o PSD concorda, tem uma posição diferente da Vereadora Liliana Silva, o que aliás, não seja normal, ter acontecido muitas vezes e seja bem-vindo a este debate Senhor Deputado, parabéns pela humildade democrática de ter mudado de opinião.

Relativamente ao Lítio e o Clusters do Lítio, disse o Senhor Presidente que concorda em essência com o que o Senhor Deputado ali foi dizer. Em primeiro lugar foi ali se queixar e bem, dos partidos que lançam estes concursos do Lítio e na verdade existe um partido que lançou concursos de Lítio, atribuiu licenças de prospeção e atribuiu licenças de exploração no nosso país. Há um partido. Esse partido é o do Senhor Deputado. É o PSD. Foi o único que até agora



## Assembleia Municipal de Caminha

atribuiu licenças de prospeção e exploração de Lítio em Portugal e veja-se que belos trabalhos fizeram em Montalegre e em Boticas, aquilo está lindíssimo. Parabéns, pela coragem de atacar o seu partido, ali perante a comunicação social, por isso, o elogia, quando não se tem seguidismo relativamente aos nossos partidos. E, mais, Senhor Deputado, parabéns por ter mudado de opinião relativamente a esta matéria. Porque também é verdade que houve autarquias que voltaram atrás na posição que tinham sobre o Lítio. E, Caminha foi uma delas. Porque nesta matéria, Caminha no tempo em que o PSD tinha poder e o Senhor Deputado os defendia na Assembleia Municipal nunca se opuseram às minas de lítio no Concelho de Caminha, nunca deram parecer negativo às minas de lítio no Concelho de Caminha e por isso é que há licenças de prospeção no Concelho de Caminha para minas de lítio. Mas, este executivo mudou a Autarquia de Caminha. Este executivo dá pareceres negativos à exploração de lítio no Concelho de Caminha, e por isso se alterou a posição do Concelho de Caminha. Mas, para quem não dava pareceres negativos: é estranho que fique preocupado com pareceres negativos que não tem efeito vinculativo.

Relativamente, ao Protocolo da ALTICE e da DST, disse o Senhor Presidente que é extraordinário aquilo que ali se disse. A Câmara Municipal fez um Protocolo com a DST, e levou à Câmara porque tem impacto financeiro. E esse Protocolo mencionava que se iria colocar fibra ótica nas freguesias de Âncora, Riba de Âncora, Vile, Vila Praia de Âncora, Moledo-Cristelo, Caminha-Vilarelho, Venade-Azevedo, Seixas e Lanhelas. E, isso, representava uma determinada percentagem. Mais tarde, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Argela exigiram e bem, debateu-se, falou-se disso nesta Assembleia, que também as suas freguesias deveriam ser contempladas. E mais tarde, voltou-se a fazer um Acordo com a ALTICE, onde as Juntas de Freguesia tiveram que desembolsar dinheiro, ao contrário das anteriores, a Câmara Municipal e a DST alargaram às freguesias de Argela e Vilar de Mouros aquilo que era o impacto desta fibra





## Assembleia Municipal de Caminha

ótica. No entanto, a DST já fez este negócio mais caro com a Câmara Municipal, porque já não tinha tanto interesse em que a Fibra Ótica chegasse. Faltava, no entanto, a Freguesia de Gondar-Orbacém, Dem, e as Argas, nesta equação. E, o que é que a ALTICE veio propor? Propôs que faziam essa fibra ótica sem custos para a Câmara Municipal. E fez-se o protocolo e não foi a reunião de Câmara Municipal, porque não precisava, porque não tem impacto financeiro e o que se pretende agora é atingir os tais 95%. Porque são os 95%, e não os 100%, porque apesar de as freguesias abrangidas, estas novas freguesias ao serem contempladas às vezes há habitações por estarem a 1km, ou a 500m, provavelmente podem não ser beneficiadas num primeiro momento. Portanto, não há ali nenhuma jogada. E quanto ao facto de a Senhora Vereadora receber um cheque para comprar um frigorífico para o Banco Alimentar e ser ela a recebe-lo, disse o Senhor Presidente que foi por uma simples razão é que os Senhores do Banco Alimentar nesse dia disseram que não podiam estar presentes e pediram a Senhora Vereadora por favor para receber por eles o cheque, logo, não sabe qual é o drama desta matéria. E, quanto aos IPADS dados para o nosso Agrupamento que são 10, disse o Senhor Presidente que é uma boa notícia para o Agrupamento, não é uma má notícia, portanto, Senhor Deputado está esclarecido. Assim, como é uma chatice o Protocolo da ALTICE, porque, é grátis para a Câmara Municipal, levar a fibra ótica a 95% da população e é mais uma chatice para o PSD nas próximas eleições. É uma chatice para o Senhor! mas é bom para a população e isso é o que interessa.

**O Senhor Presidente da Mesa**, propôs o período de réplica.

**O Senhor Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, disse que o autarca de Vila Praia de Âncora não tem vergonha da sua praia, como ali o fez querer parecer o Senhor Presidente, mas, sim tem





## Assembleia Municipal de Caminha

vergonha do estado lastimável em que se encontra a praia por falta de limpeza por quem de direito.

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias, ao Senhor Presidente que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e os Ancorenses tem orgulho na sua praia, mas, não deixam passar em claro o descuido de quem de direito no que respeita à limpeza tem faltado no cumprimento das suas obrigações e competências.

Disse.

**O Senhor Deputado Carlos Videira**, agradeceu e saudou a abertura do compromisso que o Senhor Presidente ali apresentou quanto ao Orçamento Participativo, mas, gostava que fossem dadas respostas a outras questões colocadas na sua intervenção, como a questão do Provedor do Município que esta Assembleia Municipal tem que dizer se vai despoletar o processo, se não o vai fazer porque não é consonante com aquilo que está no Regulamento por esta Assembleia aprovado. A questão de se ter informação disponível no site, no qual existe um separador relativamente à participação sobre constituição e sobre os documentos relativos ao Conselho Municipal da Juventude e ao Conselho Económico e Social.

Disse ainda o Senhor Deputado, para que o Senhor Presidente da Câmara avance com o relatório anual de Sustentabilidade do Município, ele deve ser feito, o mais rapidamente, e essa será uma boa notícia para o Município e para todos os Caminhenses.

**O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse quanto aquilo que ali referiu o Senhor Presidente sobre o SCHOOL4ALL e sobre a grande aposta do Município na educação, que reconhecem que tem havido um grande investimento e sobretudo uma grande proximidade com aqueles que são os projetos pedagógicos e a ação pedagógica do agrupamento e de escolas público em geral e da oferta ao nível da formação e sobretudo a sua



## Assembleia Municipal de Caminha

componente artística. Mas na verdade, disse, julga que a terapia da fala não seja o melhor exemplo, quando se compara com os outros Municípios, até porque a terapia da fala no âmbito do SCHOOL4ALL, no vizinho Concelho de Viana do Castelo já começou há três anos, por isso não se trata de uma inteira novidade, diga-se que aqui no Concelho de Caminha já tardava, no entanto, ainda bem que veio e a CDU está satisfeita com isso.

Relativamente àquela que foi a intervenção da CDU, disse o Senhor Deputado, que lhes parece bem a nova gestão que a Câmara Municipal quer fazer da ecovia pela zona interior, aliás, nunca foram favoráveis à criação de passadiços em dunas primárias, que consideram um erro gritante. Ficam, por isso, satisfeitos que o Município abandone essa via. Contudo, com essa situação resolvida, a qual poderá não ficar completamente resolvida no que à reconstrução da Duna dos Caldeirões diz respeito, com a areia que vai ser transferida, dizer que quanto à matéria da água, disse o Senhor Deputado que a CDU não ficou totalmente esclarecida, porque não resolve injustiças. O facto de se estar a receber neste momento faturas a 24 fevereiro, segundo foram emitidas, e retirando cinco dias para fazer a faturação, já se está a falar em mais de 60 dias, já se está a entrar no mês de dezembro. Assim a injustiça mantém-se. Os munícipes do Concelho de Caminha mesmo que seja a mais 0.40€ (quarenta cêntimos) por metro cúbico, em consumos de até 5 metros cúbicos e a mais 0.60€ (sessenta cêntimos) por metro cúbico, em consumos de até 10 metros cúbicos, continuam com o mesmo problema. As pessoas vão pagar mais, indevidamente, porque vão estar a pagar consumos de dezembro a um tarifário que é de Janeiro, ou seja, da nova própria empresa. Os munícipes estão a ser prejudicados e deveria haver um apelo desta Assembleia para que todos os munícipes do Concelho de Caminha reclamassem da sua faturação, porque todos vão ser roubados nesta primeira faturação.

Solicitou ainda o Senhor Deputado para que o Senhor Presidente responda à questão relativa ao comodato no caso da Casa Ventura Terra.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse quanto à questão da Casa Ventura Terra, que há uns 3\4 anos teve da parte da família do Arquiteto Ventura Terra uma abordagem no sentido de haver uma ideia, não um projeto, isso seria uma coisa um pouco elaborada, mas, sim havia um esboço, de um arquiteto relativamente à ocupação daquele espaço que era algo que não entusiasmou por aí além o executivo. Passava muito pela ideia de um aproveitamento para alojamento local, que pudesse exponenciar aquilo que é a obra de Ventura Terra, mas pudesse servir também de rentabilidade para quem explorasse o alojamento local.

Havia alguma fragilidade naquilo que é a opinião da Câmara Municipal, isso foi transmitido, mas, ficou acordado que se ficaria à espera de se encontrar financiamento para poder avançar com aquele edifício, por parte da família até agora, esse financiamento não apareceu, portanto, é uma casa que está nas mãos de privados, no entanto, continua-se à espera de encontrar financiamento.

Disse ainda o Senhor Presidente que não deve ser o Município com estas circunstâncias patrocinador uma solução que beneficie privados e, portanto, está-se neste momento a aguardar qualquer solução. E, ainda não ouviu falar do tema, propriamente dito, apesar das boas relações que tem o executivo com a família acerca de 2/3 anos, não tem havido evolução nessa matéria.

Relativamente, há questão da água, disse o Senhor Presidente que em primeiro lugar o arranque é sempre muito difícil. O executivo teve equipas da Câmara Municipal a trabalhar, com as das Águas do Alto Minho, as leituras foram feitas em momentos diferentes. As leituras não foram lidas ao mesmo tempo e, portanto, as leituras que aconteceram por parte de Caminha e das empresas são feitas umas numa quinzena, outras noutra quinzena e outras em outro mês, existe alguma complexidade. E, admite que as primeiras faturas possam não ser aquilo que se esteja á espera, que não seja com a contagem do mês absolutamente certo. No entanto, a Senhora Vereadora Liliana Ribeiro está a mostrar a sua fatura que já a recebeu, é uma das que já recebeu, e a



## Assembleia Municipal de Caminha

contagem é do dia 01 de janeiro ao dia 01 de fevereiro ou até ao dia 31 de janeiro. Portanto, essa está bem. Mas outras não estarão. Agora, o que é importante é que independentemente de haver uma primeira fatura que possa assustar por ser menos que o habitual ou mais, as pessoas não vão sair prejudicadas, isso não vai acontecer. Nem naquilo que tem a ver com as tarifas fixas que vão ser proporcionais, nem as outras tarifas, isso vai ser acautelado e mais tarde será acertado também.

Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que não são só os consumidores, ditos normais, domésticos normais, que serão afetados. Haverá novidades para todos. Porque a Câmara Municipal neste trabalho que fez, para identificar os pontos de consumo, identificou cerca de 250 mil euros, que a Câmara Municipal pagava a instituições, das mais diversas origens e a privados. Não sabe bem porquê? Ora, o que vai acontecer por muitas razões que possam existir é que certamente, os privados que não pagam há muito tempo vão receber faturas e vão pagá-las, porque a Câmara Municipal não vai pagar água a privados. E, se pagou num tempo, por autorizações e isenções dadas anteriormente terá que resolver essa matéria. Mas, também existem algumas instituições do Concelho, e está a falar de muitas, como, algumas Juntas de Freguesia, IPSS, Associações Desportivas, Associações Culturais, Igreja, tantas outras instituições, porém, algumas destas, entende o Município que em letra de lei ou de regulamento não o farão já, mas, logo que se tenha ideias assentes sobre isso: que algumas devem beneficiar de isenções ou pelo menos de reduções. Porém, em outras haverá que tomar medidas sobre isso, no entanto, a primeira fatura vai existir, e se calhar algumas instituições vão perceber de facto, que ao longo dos anos têm vindo a ser apoiadas pelo Município. Portanto, também acontecerá agora com esta primeira leva de faturas um susto, por parte de instituições e de privados, que vão descobrir que afinal têm mesmo de pagar a água como toda a gente paga. E, por isso, vai ali haver algum levantamento, vai-se aferir, e a Câmara Municipal vai ter a responsabilidade de saber e de decidir que instituições devem merecer a



## Assembleia Municipal de Caminha

isenção ou a redução no apoio à água. Porém, o Senhor Deputado sabe que não é a Câmara que paga, não é o Presidente, nem os Vereadores, são os impostos das pessoas, a receita da Câmara Municipal, que serve para fazer obras, para pagar os alimentos escolares, para pagar às Juntas de Freguesia, que pagam estas despesas. Portanto, ainda se está perante um momento difícil, as Águas do Alto Minho falam de 6 meses difíceis, no entanto, gostava que este assunto fosse mais rápida, e sobre esta matéria, esclareceu que; quando fala que uma fatura de 5m<sup>3</sup>, já com tarifas fixas, vai pagar mais 0,40€ não é por metro/cúbico, é mesmo a fatura de 5m<sup>3</sup>; e se consumir 10m<sup>3</sup>, a mesma fatura, comparada com àquela que é de dezembro só paga mais 0,60€, não é por metro/cúbico, só paga mais 60 cêntimos para que fiquem esclarecidos.

Disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Carlos Videira, que lhe está a espetar a faca no coração, quando falou da incompetência para resolver esse assunto, também falou desses temas. O Conselho Municipal de Juventude, o Conselho Consultivo, o Conselho Social já deveria ter reunido e cabe a ele próprio despoletar essa situação. O que pretende é que isso possa acontecer tão rápido quanto possível, pelo que, não o castigue mais. É mesmo isso que ele quer fazer para que melhore, independentemente de alguns procedimentos nomeadamente o Provedor do Município pertencer em essência de facto à Assembleia Municipal, sabe também que há ali uma responsabilidade acrescida da Câmara Municipal, e dará nota disso.

Quanto ao plano de sustentabilidade, disse o Senhor Presidente que a intenção é de rapidamente serem apresentados esses resultados, existe trabalho feito, o Senhor Deputado também o reconheceu e a ideia do executivo será de ir um pouco mais longe, e está a preparar de algum modo esse caminho, para que ainda este ano se consiga lançar a discussão pública um plano de adaptação à sustentabilidade no âmbito das alterações climáticas no âmbito do Concelho de Caminha. Mas, também sabe que a maior parte das pessoas não vai ligar a isso. Não tem interesse nenhum. Não dá um voto, até deve dar para dizer





## Assembleia Municipal de Caminha

outras coisas. Mas, Caminha por causa da questão dos seus estuários, por causa da erosão costeira e por causa da subida do nível médio das águas do mar, têm de pensar como é que vai ser daqui a 50 anos. Porque, segundo algumas estimativas, a zona de Lanhelas, Seixas, Caminha, Vilarelho, até Vilar de Mouros, Argela vão ficar inundadas e há muitos problemas como se vê ali na zona costeira entre Âncora e Vila Praia de Âncora, que tem sido muito castigada. Em Moledo também, mas, a Mata do Camarido, apesar de tudo vai resistindo. Existem ali matérias sérias para pensar como é que o território, vai ser daqui a 50 anos. Disse ainda o Senhor Presidente, que o seu executivo presa muito pela limpeza da praia e das zonas adjacentes da praia, e a iniciativa que a Junta de Freguesia lançou para se poder limpar a praia de Vila Praia de Âncora, dos paus, da madeira que tem naquela zona. Não é original! já aconteceu ali no Concelho de Caminha, muitas vezes em outras praias. Mas, o envolvimento da cidadania, da população é fundamental para que estas coisas possam acontecer e sensibilizar para o facto. E não vê nisso como estando as pessoas a cumprir uma competência da Câmara Municipal. A Câmara Municipal também cumpre muitas vezes com as competências da Junta de Freguesia. E ainda hoje, estive a limpar toda a zona verde junto ao Forte, e não entende isso como uma substituição do trabalho que vocês não fizeram. Entendo que é natural, se não conseguem fazer, a Câmara faz. E, aliás é o que se tem feito várias vezes em Vila Praia de Âncora. E fez-se sem problema nenhum, e não apareceu no Facebook nenhuma enxada a cortar e a dizer que a Câmara está ali a cumprir com a competência da Junta. O executivo não faz isso. É normal que aconteça, situações destas, na mobilização de pessoas para limpar a praia.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal atua de acordo com os seus recursos e daquilo que entende que deve fazer em determinado momento. A Câmara Municipal não tem capacidade para estar a limpar a praia permanentemente, ou, a mobilizar meios que não tem para limpar uma praia, semana a semana, à entrada de novos paus, novas árvores,



## Assembleia Municipal de Caminha

novos troncos, não vai fazer isso. Normalmente a primeira limpeza que faz é antes da Páscoa. Porquê? Porque, já aconteceram normalmente a maior parte das marés-vivas e porque também na Páscoa, apesar de tudo há uma expectativa de sol que leva algumas pessoas à praia. E, será isso que fará. Mas, isso não quer dizer que não saiba, que a praia tem paus, madeiras, em todas as praias isso acontece. Porém, o executivo saúda é que possa haver uma iniciativa como aquela da Junta de Freguesia, de mobilizar as pessoas. No entanto, espera que as pessoas apareçam, ele não poderá, porque tem outros compromissos, senão apareceria junto da população a fazer aquilo que todos certamente vão fazer, e é importante que esse movimento aconteça. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara Municipal não pode mobilizar, porque, para isso teria dado ordens ao encarregado para limpar a praia. Era o que teria feito. Porém, o encarregado certamente lhe responderia: que não tinha como fazer isso, não tinha a máquina, nesse momento, não tinha capacidade. Pelo que, não vai dar uma ordem que ele sabe à partida que não pode cumprir. Portanto, é natural que o Senhor Presidente da Junta tenha avançado com uma proposta de limpeza de praias e ainda bem que a população está mobilizada para isso, e de certeza que vai participar muita gente e está de parabéns a Junta de Freguesia por isso.

### **3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse quanto às informações do executivo e do Senhor Presidente da Câmara que a CDU se congratula se congratula com a adoção do Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens. Referiu ser um salto civilizacional grande, que vem na linha da intervenção do Senhor Deputado Carlos Videira, importando referir



## Assembleia Municipal de Caminha

que o nosso Município está atento a estas matérias e, sobretudo, quando os números do ano passado foram aquilo que foram, e os deste ano são o que são. Quando o parlamento dos jovens vem abordar a mesma temática tendo em conta a violência no namoro e de género, e ao ver o Município a adotar este Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens, é algo que os satisfaz.

Quanto ao ponto n.º18 da informação, gostava de questionar o executivo sobre a reabilitação da margem do Rio Minho, no troço entre Pedras Ruivas e o Cais de São Bento, e pergunta se o troço que vai sobre a ponte sobre o Rio Coura, na estrada nacional 13 até às Pedras Ruivas, está integrado neste plano e se este plano foi o responsável pelo corte daquelas árvores?

Quanto ao ponto n.º23 da informação, disse o Senhor Deputado que o “DeclareAção” é, para a CDU, um conceito interessante, mas estão um pouco perdidos. Não sabem se o EDP Vilar de Mouros é promotor e perguntam se há algum jovem do Concelho de Caminha, uma vez que, pelas datas é já conhecida a equipa de 30 jovens. Portanto, pergunta se existe nessa equipa integrado algum jovem do Concelho de Caminha ou do Distrito de Viana do Castelo.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, relativamente a este último tema o promotor é o festival de Vilar de Mouros, mas sendo o Festival coorganizado a três: entre a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, a Câmara e os promotores que trabalham para o Festival, “SURPRISE EXPECTATION” na verdade são todos promotores desta declaração. A ideia é juntar precisamente os festivais todos e não só se poder produzir frases bonitas, declarações, mas, promover ações, o que obriga a fazer um conjunto de atividades, escolher um conjunto de jovens que possam ser referência naquilo que são as suas atitudes e comportamentos, levando esses comportamentos para a generalização através do público destes festivais. No entanto, aquilo que pode ali dizer segundo ouve, é que o “ROCK IN RIO” está como motor



## Assembleia Municipal de Caminha

desta viatura onde estão todos. Houve um atraso nesta primeira classificação, mas neste grupo estarão certamente jovens do Alto Minho, a na expectativa seria que pudesse haver um jovem ali do Concelho de Caminha, mas, vão existir jovens do Distrito de Viana do Castelo, porque são essas as premissas desta iniciativa.

Relativamente, á reabilitação da margem do Rio Minho, o troço da Ecovia que se vai fazer entre o Cais de São Bento e as Pedras Ruivas, disse o Senhor Presidente que não abrange para lá do Alto da Veiga, ou seja, do Alto da Veiga até à Ponte do Coura, não é isso que está em questão, esse terá que ter um projeto próprio, um projeto mais caro, mais complexo, o atravessamento do sapal, deve ser um objetivo, um desígnio do Concelho de qualquer política depois de se fazer mais este pedaço até Pedras Ruivas poder encontrar uma solução de financiamento, mas, também técnico para se fazer a ligação entre Seixas e Caminha. Porém, disse ainda o Senhor Presidente que há uma dificuldade técnica ambiental no atravessamento do Sapal e há uma dificuldade maior no atravessamento do Coura. Existia um projeto que a Câmara quis aprovar há 2/3 anos, mas, não teve parecer favorável das infraestruturas de Portugal que começava por ter a passagem do Coura por ser acoplado há própria Ponte, ou seja, seria fazer um novo passeio pedonal junto da Ponte, mas foi entendido que estruturalmente não havia condições para isso. Quer isto dizer que num futuro projeto, provavelmente terá que haver uma nova ponte, isto, para dizer ao Senhor Deputado que a Câmara não tem nada a ver com o corte de árvores que aconteceu naquela zona, e mais a Câmara Municipal não teve conhecimento prévio daquele abate de árvores. Teve conhecimento no dia em que o Presidente Câmara saiu de casa para ir trabalhar e estavam a cortar as árvores. Contudo, também sabe que a Junta de Freguesia não teve conhecimento, e estão alguns dos inertes na propriedade da Junta de Freguesia junto da Senhora da Ajuda. E, na verdade desconhece as razões daquele corte de árvores, imagina que seja por uma questão de segurança daquelas árvores que ali estavam, isto, estando a especular.



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente há satisfação que demonstrou pela promoção do Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens, disse o Senhor Presidente que essa proposta foi pelo executivo colocada na Câmara Municipal, e julga que é um debate que merece muito mais do que isso, uma declaração, ali mais do que declarações é necessário fazer ações e se perceber uma coisa: é que esta questão da igualdade de género começa a ter agora um sentido opinativo, que parece que não é preciso fazer nada, homens e mulheres são iguais, não há problema nenhum nessa matéria, do que se trata é de problemas caseiros. No entanto, veja-se bem os debates que aconteceram em Espanha, onde partidos como o “VOX”, que como todos sabem é da extrema direita mais recalcitrante, entendeu que não existe violência de género, que não existe violência doméstica, o que existem, são crimes, entre uma pessoa e outra, que tem de ser resolvida, não num âmbito especial, mas no âmbito penal. Existe de facto um problema de género em Portugal e no Mundo e há um problema de género naquilo que tem haver com as desigualdades salariais entre homens e mulheres, no tratamento que é dado em questões sociais, às vezes até sem uma intenção, mas, com uma habituação vai criando método e vai prejudicando as mulheres e tem haver com a violência que é proporcionada através desta desigualdade, quer uma desigualdade física em algumas condições, quer uma desigualdade financeira de acesso a um trabalho, de acesso a um emprego que existe até porque as mulheres ganham em média menos que os homens, colocando-as em situações de fragilidade no seio da família, quer pela desigualdade do próprio meio que num Concelho como este, ainda exista, e fragiliza as mulheres numa disputa às vezes entre os seus próprios papeis e a sua própria assunção naquilo que é vivencia familiar. E por isso, a Câmara Municipal entendeu estar a adotar este Plano Municipal para a igualdade entre homens e mulheres, e ainda hoje no âmbito da CIM foi assinado um protocolo com a Senhora Ministra, o qual tem haver com a capacidade de se criar gabinetes para se dar resposta. Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que nesta





## Assembleia Municipal de Caminha

matéria é que a CDU e o PS estão de acordo, mas, sabem que o PSD não tem a mesma posição do que eles. Julga que não votaram a favor desta proposta na Câmara, não tem a certeza absoluta, mas teve obviamente oposição de uma das suas Vereadoras um pouco em linha com a argumentação do “VOX” e apesar disso tudo, fica satisfeito pela CDU compreender quais são os motivos e se aderir.

### **b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de novembro 2019**

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 27 de novembro 2019”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

### **c) Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2020**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de fevereiro de dois mil e vinte, relativa à **“Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2020”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea f), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara,



## Assembleia Municipal de Caminha

autorizar a contratação de empréstimos, propõe-se a contração de um empréstimo a curto prazo para o exercício económico de 2020.

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Ao longo dos últimos anos a Câmara Municipal tem vindo a solicitar a esta Assembleia a aprovação da contração de um empréstimo de curto prazo.

Este empréstimo tem servido, em grande parte, para pagar as indemnizações resultantes dos processos judiciais em que a Câmara Municipal foi condenada, referentes ao exercício político do PSD, e também para adiantar as verbas de transferências correntes para as juntas de freguesia.

Pela primeira vez, de acordo com a informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, este empréstimo terá como finalidade exclusiva adiantar as transferências correntes para as Juntas de Freguesia.

Com este empréstimo dá-se às Juntas de Freguesia a possibilidade de terem, no início do ano, o total da verba protocolada, o que lhes permite terem uma maior solvência e uma gestão mais equilibrada.

As Juntas de Freguesia são a primeira presença do Estado no território e são os primeiros atores políticos juntos das populações, sendo fundamental que possamos proporcionar-lhes as melhores condições para o exercício da sua atividade, para o exercício das suas competências.

Não podemos deixar de referir nem de registar que os Senhores Vereadores do PSD, em sede de reunião de Câmara, não votaram favoravelmente esta proposta que, como foi anteriormente dito, visa, única e exclusivamente, dar melhores condições de trabalho às nossas Juntas ou, por outras palavras, dar às nossas juntas uma maior margem de trabalho para melhor servirem os nossos munícipes.



## Assembleia Municipal de Caminha

Em conformidade, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta apresentada, tendo a convicção de que assim estamos ao lado das Juntas de Freguesia e da sua população.

Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que pela intervenção anterior os eleitos do Partido Socialista já se substituíram ao executivo, e até já sabem os fins a que se destina a parte do dinheiro que ali está a ser solicitado, e provavelmente o Senhor Presidente da Câmara já não irá responder a algum tipo de questão, está respondido por V.exas. e é bom saber que trabalham em conjunto para esta Assembleia Municipal. Contudo, não há problema nenhum com esta matéria dos empréstimos a curto prazo, já são uma tradição. A única preocupação para a CDU, está no momento em que o executivo camarário decidiu, uma vez mais em trabalho conjunto com os seus eleitos municipais, assumir cada vez mais competências deste Município. As dificuldades de tesouraria justificam assim a necessidade de se contrair este empréstimo, sendo importantes prevenir que estes problemas de tesouraria não venham a ser cada vez mais graves. Essa é a preocupação da CDU. Nada os opõe a votar a favor a proposta. Contudo, também deixam ali a nota de alguma estranheza, porque, estando a falar de entidades bancárias que estão no terreno, como é possível que apenas uma entidade bancária ter cumprido com todos os requisitos formais para esta candidatura, muito provavelmente, porque não estariam interessados em serem os escolhidos para fornecerem este empréstimo ao Município de Caminha.

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que não sabe as intenções da Banca do nosso Concelho sobre o porquê de concorrerem ou não a propósito deste empréstimo. Repara, que este trabalho conjunto é profícuo e espera que a



## Assembleia Municipal de Caminha

própria CDU beneficie deste contributo que dá. No entanto, disse o Senhor Presidente que deve elogiar ali o Senhor Deputado João Domingues, que fez o trabalho de casa e leu por exemplo, o despacho que consta desta informação, aquela que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro não leu onde diz precisamente que o montante em causa será atualizado para proceder ao adiantamento das transferências correntes para a Juntas de Freguesia. Faz toda a diferença ler a documentação. E o Senhor Deputado João Domingues está de parabéns a propósito desta matéria.

Disse ainda o Senhor Presidente que este montante que o executivo ali pediu para ser alvo deste empréstimo de curto prazo serve exatamente para adiantar as transferências correntes para as juntas de freguesia. E, é justo que assim se faça, este é o 3.º ano em que se avança com esta medida, de total confiança, com aquilo que é o trabalho com as Juntas de Freguesia, sejam do PS, sejam do PSD, sejam independentes, sejam da CDU, a verdade é que o executivo avançou com o dinheiro mesmo antes de saber ou não daquilo que é cumprimento das competências que lhe foram atribuídas, faz isto, na total confiança que tem nas juntas de freguesia e este valor serve precisamente para dar tesouraria, mais do que à Câmara Municipal, para dar tesouraria às juntas de Freguesia. E, na verdade estranhou o executivo pelo facto do PSD em Câmara não ter votado a favor desta proposta, porque há vários Presidentes que são do PSD e que vão beneficiar desta medida. Não votaram a favor e, portanto, terão certamente que assumir isso naquilo que é o posicionamento dentro do seu próprio partido. Mas, o executivo, disse aos Senhores Presidentes de Junta do PSD que a Câmara Municipal fará por aprovar e os Deputados do PS foram por aprovar ali este empréstimo de modo a que possam contar nas próximas duas semanas, três semanas com o dinheiro adiantado, para cumprirem com aquilo que são os compromissos deles junto da população.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que deve ser sublinhado mais uma vez aquilo que ali fez o Senhor Deputado João Domingues, porque, não se



## Assembleia Municipal de Caminha

devem esquecer que isto tem uma história. E, estes empréstimos ao longo de anos do PSD, e o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e outros, estiveram ali muitos anos, e todos os anos se pediam 500 mil euros para tesouraria. Empréstimos de curto prazo de 500 mil euros, ou até 500 mil euros. Este executivo tem vindo a pedir e a explicar que o dinheiro ou é para adiantar às Juntas de Freguesia ou para pagar sentenças judiciais, que nasceram de factos ocorridos no passado. E, é verdade Senhor Deputado João Domingues que este é o primeiro empréstimo que já não tem aqueles processos judiciais. A questão do Dr. ° Dionísio Marques, das rendas que não foram pagas e que tiveram que se pagar, a questão dos Herdeiros do Dólmen da Barrosa, as questões ligadas aos trabalhadores que foram despedidos ilicitamente no tempo do PSD que se pagaram indemnizações. E está tudo pago. Com grande esforço, quase um milhão de euros, nestas matérias. Todavia, disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado, para não descansar, porque, ainda se tem muitos processos, processos que ainda não obtiveram nenhuma sentença, sentença transitada em julgado, como por exemplo, o caso do Externato de St.ª Rita, onde é pedido 1 milhão de euros à Câmara. Sentenças como aquela que diz respeito ao empreiteiro que queria construir no Coto da Pena e que foi autorizado pela Câmara Municipal a construir no Coto da Pena na zona de proteção, no Castro do Coto da Pena, e o Conselho de Ministros veio dizer que não era possível construir ali e agora a Câmara Municipal por ter dado licença de construção, tem um pedido da parte desse empreiteiro para pagar 650 mil euros, factos ocorridos no passado. Mas, isto não quer dizer que no próximo ano, ou daqui a 2 anos, não se esteja a pedir empréstimos para pagar irresponsabilidades de outros anos. E, portanto, esta é uma boa notícia Senhor Deputado, mas, não adiantemos foguetes, para próximos anos porque não sabemos as sentenças que ainda se terão que cumprir de anos que já lá vão como há memória, mas quais deixaram uma herança pesada, para o Município de Caminha.





## Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, disse o Senhor Presidente que votem a favor deste empréstimo de modo a que as Juntas todas possam ter acesso a este dinheiro, que tanta falta lhes faz já neste momento. Este dinheiro não tem cor.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **d) Minuta do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas a Celebrar entre Município e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A.**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de dezembro de dois mil e dezanove, relativa à “Minuta do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas a Celebrar entre Município e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A.”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, autorizar a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, propõe-se que este órgão deliberativo aprove a “Minuta do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas a Celebrar entre Município e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A.”.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta matéria já não é nenhuma novidade, já se sabia desde 2018 que isto aconteceria e existem ali dois pontos que encerram o mesmo conceito desta cedência de infraestruturas e logo depois a alteração do Protocolo, e o princípio para a CDU é mesmo. Se foram contra em 2018 também o serão neste momento. Entendem que o Município perde não apenas pela cedência, porque esta era uma necessidade tendo em conta a gestão que a entidade gestora terá que fazer, mas perde porque vai perdendo domínio pela sua água e sobre as infraestruturas que sustentam a gestão da sua água e nessa reserva de princípio de 2018 declaram-se contra este ponto da ordem de trabalhos do contrato de cedência das infraestruturas.

O **Senhor Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, e deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Sr. Presidente da Camara, Dr. Miguel Alves.

Na altura da discussão e aprovação aqui nesta Assembleia da venda da água para a nova empresa, esta Junta de Freguesia disse-o aqui, que quem iria ser prejudicado seriam os Munícipes do Concelho de Caminha e falando por Vila Praia de Âncora, os Ancorenses...

Sempre estivemos contra, e a nossa opinião não mudou, entretanto!!!

Pois já se reflete nos bolsos de todos as mudanças feitas por este executivo e por todos que votaram a favor desta medida.

Nós em Vila Praia de Âncora, a maioria dos Ancorenses votaram em nós para fazermos o melhor pela nossa terra e os defendermos e protegermos de quem lhes quer ir à carteira ou ao bolso.

Avizinham-se dias difíceis para a maioria das famílias do Concelho de Caminha...

Como este ponto vai contra tudo que dissemos e lutamos quase sozinhos, a nossa postura é de transparência e lealdade por quem nos confiou o voto, porque não nos vergamos a partidos políticos e sim á defesa dos nossos



## Assembleia Municipal de Caminha

fregueses, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora vai votar contra esta proposta.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que esta proposta como bem disse o Senhor Deputado Celestino Ribeiro, visa dar cumprimento a uma parceria pública que foi estabelecida entre 7 municípios e as Águas de Portugal, uma empresa 100% pública. Isto quer dizer que as “águas” não foram vendidas. As “águas”, como ali foi dito, são dos 7 municípios e continuam a ser também as infraestruturas que permitem que essas águas cheguem a casa das pessoas. E o que ali se está a votar não é passar a propriedade das infraestruturas para a empresa; o que se está ali a votar é que eles as possam utilizar. A cedência, a utilização dessas infraestruturas. E, ainda é se conseguir fazer aquilo que o Município de Caminha infelizmente já não estava a conseguir dar resposta às infraestruturas, na reparação das roturas e a fazer obras de bem feitoria nessas infraestruturas. E o que acontecerá é que todas as obras de bem feitorias dessas infraestruturas, de reservatórios, de canalização, de saneamento. E, se estas infraestruturas tiverem que voltar à Câmara Municipal, seja a meio desta parceria, seja no final desta parceria. O que é que se está ali a fazer de melhor, é que não se está a ir ao bolso das pessoas. Aliás, é contra esse tipo de linguagem, populista e sem sentido. O que se está a fazer é a ter um melhor serviço, porque infelizmente a Câmara Municipal já não conseguia ir às roturas, já não tinha piquetes ao fim de semana, já não estava a conseguir fazer as ligações aos ramais de redes de água. E, necessitasse de quem faça esse trabalho. Não é só Caminha, a empresa, a nova parceria pública, onde está inserida Caminha, herdou 500 ligações de ramais no conjunto dos 7 municípios. O que se tem que fazer é que as pessoas estejam bem servidas. Quem poderia garantir a qualidade da água de forma mais eficaz? Quem pode garantir também que a água não seja desperdiçada? Que não haja privados a serem pagos pela Câmara Municipal ou que não haja instituições, bem lucrativas, que tenham também pagamentos



## Assembleia Municipal de Caminha

feitos pela Câmara Municipal ou por todos os munícipes? É disso que se trata. Disse ainda o Senhor Presidente que deve passar uma mensagem muito clara: de que a água é um bem escasso e deve ser poupado. Deve-se poupar água, gastar menos água, rentabilizar as nossas infraestruturas, fazer obra e fazer investimento. Este processo e este contrato de cedência que se está ali para ser aprovado é aquele que vai permitir fazer as candidaturas, vai permitir fazer as obras de saneamento na Freguesia de Âncora, as obras de abastecimento de água na Freguesia de Moledo e Cristelo, nomeadamente no Lugar de Felo e no Lugar de Água de Enfroi. Obras na Freguesia de Venade e Azevedo, no Lugar do Castanheirinho ou na Freguesia de Azevedo que não tem saneamento, isso vai ser possível, porque, se vai votar e aprovar ali. E, a próxima proposta vai permitir que a ADAM se substitua à Câmara Municipal nestas candidaturas. É disso que se está a tratar. E por isso, o posicionamento ideológico da CDU não o surpreende e é coerente. Como aliás, costuma ser. Já o posicionamento ideológico da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora não é nada coerente, porque como todos sabem, há também um conjunto de Municípios que aderiram às Águas do Alto Minho e que não são propriamente do PS, como é o caso de Valença ou o caso dos Arcos-de-Valdevez, e é populista. Atrás do voto por causa de uma medida difícil que o executivo assumiu. Olhos nos olhos com a população do Concelho de Caminha que se teria que aumentar a água. E, fez-se! Com dor e sofrimento, das pessoas. E provavelmente com algum prejuízo nos votos que vão ter daqui a ano e meio. Mas, há uma coisa que o Senhor Presidente não ia deixar que acontecesse. É que se continuasse a perpetuar uma dívida de 1 milhão de euros por ano, que a Junta de Freguesia tanto gosta. Que, se continuasse a adicionar um milhão de euros de dívida, e que não se conseguisse fazer investimento, ter-se as equipas da Câmara Municipal a não conseguirem fazer a reparação das águas e a não trabalharem ao fim de semana a prejudicar as pessoas? É isso que agora se vai melhorar, não já no início. Não exatamente como se deseja, mas a melhorar. Disse ainda o Senhor Presidente que o piquete e a equipa que vem



## Assembleia Municipal de Caminha

às ruturas no Concelho de Caminha tem sido muito mais eficaz nestes 2 meses do que se tinha nos últimos anos ali no Concelho de Caminha. Isso é já um benefício. Sublinhou, também o Senhor Presidente que se estão a fazer os ramais mais rápidos do que se faziam. Ainda haverá ali meses difíceis. Ainda há pouco se debateu ali a questão das faturas. Na questão das reclamações. Para se conseguir colocar o défice dos ramais já num nível aceitável. Contudo, apesar de todo o sofrimento que se causa às pessoas, com aumento da água, naquilo que se provocou na economia das pessoas. Mas, genericamente esta decisão, vai ser favorável à população. A população vai saber que tem qualidade no serviço da água e vai saber que é bem servida ao nível do que se faz de melhor na Europa. Por isso, estas decisões que se tem ali no contrato de cedência de infraestruturas, para poder ser utilizada pela parceria e a seguir a cedência de posição contratual naquilo que tem a ver com as candidaturas para fazer nova obra no Concelho de Caminha nesta área.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento, apesar da sua intenção de voto já estar definida. Pediu esclarecimento sobre a razão pela qual o posto de cloragem de Dem, a Estação elevatória de Aldeia Nova, o Reservatório de Riba de Âncora, a Estação Elevatória de Canil, a Estação Elevatória da Igreja de Âncora e a Estação Elevatória de St.<sup>a</sup> Luzia, que não estavam previstos no contrato de gestão, aparecem ali indicados. Ou não foram previstos por esquecimento, ou, inicialmente não estavam previstos e agora resolvem incluí-los. Solicitou assim que isso fosse esclarecido.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que na primeira listagem enviada pela Câmara no primeiro contrato de gestão não estava incluída esta infraestrutura e foi logo de seguida identificada, e para não se estar a alterar o primeiro contrato, disse o Senhor Presidente que essas estações Elevatórias do Canil, Igreja em Âncora e Santa Luzia em Âncora, não





## Assembleia Municipal de Caminha

estariam incluídas no contrato de gestão, mas, estão incluídas nesta cedência que se vai fazer. Disse também o Senhor Presidente que a Captação da Mina da Vela Grande, o Reservatório de Riba de Âncora que não estava no primeiro contrato de gestão, a Estação Elevatória na Rua 25 de Abril em Vila Praia de Âncora e a Estação Elevatória do Forte do Cão, terão que sofrer uma intervenção urgente, e é bastante avultada, e deverá acontecer este ano ou no próximo ano, logo, Vila Praia de Âncora vai beneficiar de uma intervenção importante que estava adiada há muito tempo.

Para terminar disse o Senhor Presidente que na primeira elencagem destas Estações Elevatórias tinham faltado aquelas e foram agregadas agora para não se alterar o contrato de gestão, mas, está ali de uma forma clara que estes equipamentos vão ser cedidos.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**e) Alteração ao Protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 12/09/2018 sobre a Delegação de Execução de Investimentos de Expansão do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Saneamento de Águas Residuais**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de janeiro de dois mil e vinte,



## Assembleia Municipal de Caminha

relativa à **“Alteração ao Protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 12/09/2018 sobre a Delegação de Execução de Investimentos de Expansão do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Saneamento de Águas Residuais”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração ao Protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 12/09/2018 sobre a Delegação de Execução de Investimentos de Expansão do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Saneamento de Águas Residuais”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que seguem a mesma linha da proposta anterior, votaram contra esta proposta, porque ela integra tudo aquilo que já combateram no passado, nomeadamente, em particular, as candidaturas a fundos comunitários, que a CDU entendeu na altura e continuam a entender que é lesiva para o Município. E porquê? Porque o Município abstém-se de fazer a candidatura, mas não deixa de a pagar, conforme o ponto 3.º da clausula 6.ª que diz “que os pedidos de pagamentos são apresentados pela entidade gestora”. Ela vai receber este financiamento, “ainda que as despesas incorridas com a execução dos investimentos tenham sido suportadas pelo Município”, logo, isto é lesivo para o Município, e há má fé como já o entendiam no passado, porque logo à cabeça o Município abdica deste valor em favor da entidade gestora, para não falar do “know-how” que se perde na gestão da água e na realização das candidaturas. Na clausula 9.ª no ponto 6.º em que Município é tido como potencial mal pagador, a quem tem que ser logo aplicados juros caso no acerto de contas final tenha que pagar, e terá sempre que pagar, como ficou evidente no ponto 2 e 3 desta mesma



## Assembleia Municipal de Caminha

clausula, ao apresentarem comprovativos de despesa, e caso o Município não pague naquele prazo serão logo aplicados juros, logo, neste principio a CDU entende que o Município não é bem tratado, o qual deveria ser melhor tratado. Disse ainda o Senhor Deputado que nesta perda de “know-how” também se pode verificar no anexo 1, que todas as intervenções são delegadas nesta entidade gestora, nada resta para o Município de Caminha. É o “know-how” que se perde uma vez mais.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que muitos destes projetos e a candidatura foram feitos pelo Município de Caminha, não perdeu nenhum “know-how”, só um dos projetos que é mais complexo o de Laboradas, vai precisar de um projeto de execução, mais cuidadoso, e é tecnicamente difícil e a própria ADAM terá de contratar exteriormente para ver se ainda este ano consegue candidatar. Disse ainda o Senhor Presidente que o Município de Caminha não sai prejudicado, porque, antes da ADAM o Município candidatava-se a fazer rede e tinha sempre que pagar a sua parte, agora também se vai ter que candidatar a fazer rede pela ADAM e terá que se pagar aquela que é a nossa parte e vai ser usada pela ADAM, mas, porque não sai o Município prejudicado, porque se não estivesse inserido na ADAM não havia candidaturas, não havia essa possibilidade, porque o que está previsto hoje no conjunto do que vai existir nas regras das candidaturas é que o Município se não estiver agregado não poderia fazer estas obras, logo, se não se estivesse na ADAM as obras da rede de saneamento da Rua do Felo em Moledo, da rede de saneamento da Lage e Laboradas em Âncora, da Rede de Saneamento das Águas de Enfroi em Moledo, da rede de saneamento da Rua Castanheirinho em Venade, da rede de saneamento em Azevedo, não iam existir, o quer dizer que o Município se não estivesse inserido na ADAM esta intervenção não iria acontecer no âmbito dos fundos Comunitários, porém, terá que contribuir com a sua parte como em todas as intervenções que se fazem no Concelho de Caminha.



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 03 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### f) Alteração Modificativa ao Orçamento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, relativa à “**Alteração Modificativa ao Orçamento**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração Modificativa ao Orçamento”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto;

“Esta alteração ao Orçamento está prevista na lei e não a iremos inviabilizar.

No entanto, este momento de inscrição de rubricas no Orçamento é a prova concreta de que o Orçamento foi mal feito e que tínhamos razão quando votamos contra.

Agora temos a certeza de que vamos ter mais um Orçamento que levará ao descontrole, porque estão a incluir rubricas com despesa e não nos esclarecem como o pretendem fazer refletir na receita.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **g) Concurso Público para Execução da Empreitada “Mercado Municipal De Caminha” – Abertura do Procedimento**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, relativa ao **“Concurso Público para Execução da Empreitada “Mercado Municipal De Caminha” – Abertura do Procedimento”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o **“Concurso Público para Execução da Empreitada “Mercado Municipal De Caminha” – Abertura do Procedimento”**.





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a abordaria alínea g) e h) em termos de argumentação, apesar dos temas serem trabalhados e votados de forma separada. Disse o Senhor Deputado que para a CDU estas duas alíneas não oferecem qualquer dúvida sobre a sua votação favorável. Já tem manifestado no passado a urgência de se fazer intervenção, de se fazer obra. Quanto ao Mercado Municipal de Caminha é reconhecido por todos que a condição do mercado não é própria para o fim a que se destina. Não orgulha o Concelho de Caminha ter um mercado naquele estado e por isso a CDU recebeu essa medida cheia de vontade para que a obra rapidamente seja executada. Serão por isso favoráveis à abertura desse procedimento concursal.

Quanto à reabilitação da Escola Básica e Secundária, disse o Senhor Deputado que se trata de uma necessidade urgente, premente, que já tem sido várias vezes debatida nesta Assembleia e qual merece a aprovação da CDU. No entanto, a única questão tem a ver com o facto de que isto ainda não implica obra, ainda está pendente de financiamento candidatado, logo, a CDU quanto a estas duas matérias quer saber qual o ponto de situação das candidaturas a este financiamento, se as perspetivas do executivo são boas para que se avance com obra, para que esta seja concluída em tempo útil. Disse.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que esta matéria é importante para a sua Freguesia, e para todo o Concelho. E falar do mercado é falar de uma infraestrutura que foi criada pós 25 de Abril, foi projetada pelo Arquiteto Horácio na altura Presidente da Comissão Administrativa e foi inaugurada pelo Senhor Presidente da Câmara José Pita Guerreiro no dia 25 de Abril de 1978. Portanto este é um mercado



## Assembleia Municipal de Caminha

que cumpriu a sua parte, e muito bem, por exemplo, nos anos oitenta lembra-se o Senhor Presidente da Junta que o mercado estava cheio de vida, até se calhar foi o primeiro Centro Comercial que teve Caminha, onde havia talhos, fotógrafos, venda de peixe, de carne e fruta, era um espaço que todos gostavam de lá ir só pelo movimento que ali se dava, e os tempos passaram e aquele mercado entrou em decadência, e ficou muito feliz por ver hoje o início dessa mudança, já deveria ter sido há mais tempo, o mercado já entrou em decadência há muito tempo atrás, mas, sabe que tem sido uma matéria complicada por causa da titularidade do espaço, e por causa do seu financiamento, porém, está muito feliz com a solução encontrada para o mercado, e por se manter no mesmo local, pois não vai ser uma barreira que separa o rio de Caminha, vai ser um mercado que vai abrir uma montra para o rio. Disse o Senhor Presidente da Junta que este mercado terá sucesso se os seus operadores atuais os quais saúda, e os novos operadores, souberem que só com interação dos produtos locais nomeadamente da pesca e do campo, mas sobretudo da pesca é que vai haver sucesso, porque as pessoas que nos procuram, procuram o autêntico, e é nesse pressuposto que se está a ver um novo mercado, que seja uma alavanca da nossa economia, sobretudo da pesca.

Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que este financiamento foi conseguido através do Projeto de Requalificação que se está a executar em Caminha, a expansão da ARU, veio dar esse mecanismo financeiro, a qual saúda, em conjunto com o Centro Histórico, a Rua de São João, e com o novo mercado, vamos ter uma Caminha nova, requalificada que se está a preparar para o futuro, e é isso que gostam de fazer e que o povo exige de todos eles, numa época difícil em que a Câmara tem dificuldades financeiras, não se pode deixar de investir, tem que se ser vitorioso, e por isso a Junta de Freguesia só pode votar a favor deste procedimento, e desse modo estão a votar a favor da Freguesia do Concelho.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte intervenção;

“Um Mercado Municipal digno é uma das ambições da população do Concelho de Caminha.

Se este projeto que nos foi hoje aqui apresentado vai trazer, finalmente, essa dignidade, a bancada do PSD tem que manifestar a sua satisfação pelo bem daqueles que lá trabalham e daqueles que habitualmente usufruem deste espaço público.

Contudo não podemos esquecer todo o processo que nos faz chegar a este momento e que não conseguimos compreender.

Tudo começou com um concurso de ideias através da Escola Superior Gallecia. Foram apresentados publicamente 4 projetos, entretanto sujeitos a votação por parte da população local. Houve um vencedor e o projeto escolhido foi divulgado com pompa e circunstância como uma construção low-cost e inovadora. Há vários anos que temos uma lona com a imagem do projeto vencedor afixada no mercado.

Entretanto surge a história de uma suposta hipoteca dos terrenos do mercado por causa da Parceria Pública Privada, o que viria supostamente impedir o início da obra.

Uma afirmação desonesta, porque em nada correspondia à verdade. Prova disso é o facto de nada ter mudado na PPP e já se ter intervencionado o Largo Dr. Fetal Carneiro e agora se avançar com o concurso para construção de um novo mercado.

Terrenos que supostamente estavam hipotecados.

Para surpresa de todos, hoje é-nos apresentado um projeto completamente novo.

Com este, já vamos no 5.º projeto do mercado de Caminha.

Um projeto completamente diferente dos inicialmente sujeitos à votação da população.

O concurso de ideias foi deitado por terra, foram contratados novos arquitetos e elaborado novo projeto sem que o mesmo fosse colocado à discussão pública.



## Assembleia Municipal de Caminha

Se essa discussão pública tivesse acontecido, provavelmente não teríamos apenas um projeto com as valências já existentes e, provavelmente, os pescadores de Caminha poderiam contar com a lota há tanto tempo ambicionada.

São factos que não podem ser esquecidos, porque foram decisões que levaram ao gasto desnecessário de verbas do orçamento camarário.

E a discussão pública, envolvendo toda a população e comerciantes, teria sido salutar e enriquecedora de um projeto que irá mudar a frente ribeirinha de Caminha por muitos anos.

Apesar destas lacunas, esta proposta vai ter a aprovação da bancada do PSD e realçamos a solução encontrada no sentido de dar dignidade a Caminha e a todos que no futuro irão usufruir daquele espaço.”

**O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves,** compreende que os Senhores Deputados que não fizeram o trabalho de casa, não estudaram os projetos vão votar às cegas. E, que venham ali dizer que não foi apresentado, quando o projeto está mais do que apresentado, está documentado. Mas, para as pessoas que estão em casa e não saibam, estes documentos são entregues aos Senhores Deputados, existe um problema, não conseguimos estudar por eles, têm de ser eles a estudar os projetos. E, portanto, o projeto está apresentado e está estudado. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que o Município fez, foi como disse o Senhor Presidente da Junta, encontrar uma solução. E quando se está a debater esta matéria até parece que o problema do mercado começou em 2013. Até 2013, o Mercado estava impecável, um brinco, o mercado era extraordinário, luziam as bancas. Aquelas pessoas que entravam no mercado viam bancas de carne, de peixe, de legumes vindos de todo o lugar do Concelho, estavam perfeitamente acomodados em compartimentos limpos e absolutamente inócuos. O telhado era um exemplo. Em 2013, aquele telhado parecia um jardim, de tão belo que era, consistente, não chovia, pelo contrário o tempo era magnífico. Exatamente à temperatura



## Assembleia Municipal de Caminha

adequada. Naquela altura, o mercado estava cheio e vivo. Era extraordinário como as pessoas entravam e saíam e diziam que obra de arquitetura absolutamente extraordinária. Está como novo. Apesar dos seus 35 anos. Nessa altura, a ASAE ia até ao mercado para explicar aos novos inspetores como um mercado deveria ser, como se cumpriam todas as regras. De facto, tinha-se ali uma beleza de um mercado que por azar não candidatamos a património da humanidade.

Disse ainda o Senhor Presidente, que a partir de 2013, ele degradou-se e agora o PS responsável por essa degradação vai ter que resolver e fazer o novo mercado. O mercado que em 12 anos, para quem esteve no poder não fez, não quis fazer ou não soube fazer.

No entanto, o executivo está orgulhoso em ter chegado a este ponto. Teve que vencer duas dificuldades: a primeira passou pelos terrenos do mercado, é um direito de superfície que pertence à PPP das Piscinas de Vila Praia de Âncora; o Largo Feital Carneiro, sim, tem um direito de superfície, pertence às piscinas de Vila Praia de Âncora. Nas piscinas de Vila Praia de Âncora o Município tem 49% daquela empresa e os privados 51%, mandam quando se trata de votar. Mas, o executivo conseguiu e é público um acordo onde se poderá resolver o problema financeiro e também os outros problemas. E por acordo, conseguiu-se hoje fazer ali no mercado, dar-se início á obra do Mercado de Caminha e também à obra que já se fez no Largo Feital Carneiro. Mas, o Direito de Superfície ainda existe e se nada acontecer no final, o Mercado estará em cima de um Direito de Superfície, da PPP das Piscinas de Vila Praia de Âncora. E, permitem fazer a obra. É disso que se trata.

Disse ainda o Senhor Presidente que a segunda dificuldade era o financiamento. É preciso dinheiro para fazer o mercado. Ora, nestes últimos anos, não se abriu nenhuma candidatura para se fazer novos mercados, não existiu essa possibilidade. E o executivo teve que esperar e surgiu uma oportunidade. No âmbito, da Reabilitação Urbana que se está a levar a cabo em Caminha, o executivo desenhou uma área de reabilitação urbana que





## Assembleia Municipal de Caminha

passava por aquilo que hoje se conhece como a Rua Direita, o Largo dos Antigos Combatentes, o Largo Feital Carneiro, Rua de São João e Terreiro. E, viu-se a oportunidade mediante o reforço de adiantamento que houve na reprogramação, de que em parte também é responsável como Presidente Regional do Norte. Um reforço de cerca de 600 mil euros para se poder fazer mais obra de Reabilitação Urbana. Mas, o executivo relativamente a essa matéria, viu uma oportunidade de esticar a área de Reabilitação Urbana para o mercado e até se ir mais longe, porque se esticou também pela Rua dos Pescadores, para se poder investir em termos de obra pública no mercado e permitir que os privados possam investir em condições melhores, e pede a todos que possam fazer o percurso da Rua dos Pescadores e verificarem como aquele mercado imobiliário está vivo e bem vivo com estas medidas. Logo, foi neste contexto que se encontrou 600 mil euros. A segunda questão, disse o Senhor Presidente era simples. O executivo com 600 mil euros faz o mercado que se imaginou perfeito para Caminha? Como todos imaginaram com a possibilidade de se ter mais lojas, mais andares, uma arquitetura mais arrojada, criar ali uma espécie de referência Arquitetónica, até porque está numa zona privilegiada. No entanto, o executivo sabe que 600 mil euros, não permite isso. Mas, aquilo que se fez? O que se fez foi chamar o coordenador do concurso inicial, que se lançou para o mercado e perguntar-lhe: face ao projeto aprovado e face aquilo que se pretende fazer, 600 mil euros são suficientes para avançar com o projeto do mercado? O arquiteto estudou e apresentou uma primeira proposta. É possível fazer o mercado com 600 mil euros se o projeto for assim. Em linha com aquele que se tem e o qual sofreu aperfeiçoamentos naturais. E foi por isso que se decidiu. Perguntou, aos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Rui Lages, e Liliana Ribeiro, e avançou-se para o projeto de mercado com 600 mil euros nestas condições, e espera que daqui a 2/ 10 ou 20 anos apareça uma bolada de 2 milhões para fazer o mercado de sonhos de todos. E alguém mais disse assim: "daqui a 20 anos já não cá estamos para fazer esse mercado, talvez seja melhor fazer agora antes que feche.



## Assembleia Municipal de Caminha

E foi assim que se avançou. O coordenador do concurso anterior de ideias pegou no projeto vencedor, adaptou a 600 mil euros e a proposta está ali. E o que o executivo vai fazer não é o mercado dos sonhos deles e que cada um quereria, é o mercado possível com este dinheiro, mas um mercado que faz justiça à qualidade do produto que se tem e sobretudo àquela entrada de Caminha.

Disse ainda o Senhor Presidente que talvez se pudesse esperar mais 20 anos, mas está farto de ver aquele mamarracho horrível à entrada de Caminha. E não vê a hora do Verão passado, e ver lá um camiã a deitar aquilo abaixo e a começar a construir o novo mercado. Isso é o mais importante para ele.

Relativamente ao otimismo do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro quanto ao financiamento, disse o Senhor Presidente que o executivo está praticamente 100% seguro desse financiamento, E porquê? Porque, quer o financiamento do Mercado estar incluído no pacote da Reabilitação Urbana, quer o da Escola Básica de Vila Praia de Âncora com a Academia de Música está garantido e já subscrito com o Ministro da Educação, não é uma candidatura típica no sentido que o executivo conhece as candidaturas em que são lançadas, a candidatura vai a concurso como outros tantos e o primeiro que lá chegar ou o melhor ganha o dinheiro ou rateia o dinheiro com os outros. Ou seja, está-se a falar de um procedimento que foi adotado nestes Fundos Comunitários que é o de se planear, mapear os investimentos para determinado dinheiro que é atribuído ao Município. E, portanto, mapeados os investimentos o que se tem de tratar é dos projetos de execução. Logo, o executivo tem 600 mil euros para gastar nessa matéria. E, tem 1 milhão e 500 mil euros atribuídos para investir na Escola e na Academia.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que aquilo que se vai apresentar para o mercado, não é uma Casa de Banho Pública, o que se vai apresentar para escola, não é uma Torre de Pisa. É exatamente uma escola que cumpre as regras. E, é exatamente um mercado que também cumpre as regras. Por isso, o executivo está à espera do “sim” da Autoridade e depois será enviado este



## Assembleia Municipal de Caminha

projeto aprovado para Assembleia, mas o dinheiro está garantido. A 99,99%, salvo alguma coisa lhes tenha escapado e que não faça sentido. No entanto, para a escola tem-se um parecer da DGES, que é a última entidade, no caso do mercado, não se tem esse parecer, mas, foram recolhidos pareceres da Unidade de Saúde, e das entidades que estão ligadas com estas questões do mercado. Portanto, o que é importante ali dizer é que a Câmara de Caminha, em projetos em execução, investimento camarário é de 5 milhões e 800 mil euros globalmente, as obras que estão em curso, 5 milhões e 800 mil euros: projetos já aprovados, com financiamento já aprovado, mas, projetos em carteira que foram submetidos, que ainda não tem aprovação são 2 milhões e 800 mil euros. O que quer dizer que no total dos projetos que hoje se tem obra com financiamento ou submetidas a candidatura o Município de Caminha tem 11 milhões 432mil 424 euros e 1 cêntimos de investimento planeado. E isso quer dizer que apesar de todas as dificuldades e foi por isso que falou da água, do IMI. São decisões difíceis que custam às pessoas, e custam mais a uns do que a outros. Mas, neste momento estão em curso ou para acontecer, já com candidaturas submetidas. Não são candidaturas que estão a ser preparadas. É, investimento no Concelho de Caminha na ordem dos 11 milhões e meio de euros e isso diz muito sobre a capacidade que o Município tem tido, para levantar cabeça perante as adversidades.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 01 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

### **h) Concurso Público para Ampliação da Escola Básica e Secundária de Vila Praia De Âncora e Espaços de Integração para o Ensino Articulado – Abertura do Procedimento**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, relativa ao “**Projeto de Concurso Público para Ampliação da Escola Básica e Secundária de Vila Praia De Âncora e Espaços de Integração para o Ensino Articulado – Abertura do Procedimento**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o “Concurso Público para Ampliação da Escola Básica e Secundária de Vila Praia De Âncora e Espaços de Integração para o Ensino Articulado – Abertura do Procedimento”.

A **Segunda Secretária, Sónia Lajoso**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse que é um prazer falar neste ponto e uma alegria e é um velho anseio da população de Vila Praia de Âncora ter uma Escola Básica específica para crianças do primeiro do ensino básico em conjunto com o secundário.

Neste momento temos uma escola em que o ensino básico está integrado no mesmo espaço, mas, a partir da aprovação deste concurso de procedimento, vamos ganhar em Vila Praia de Âncora um local em que se vai centralizar a



## Assembleia Municipal de Caminha

educação, várias valências sociais, equipamentos desportivos, Centro de Saúde, tudo junto num espaço renovado e qualificado.

Além de tudo a sede da Academia Fernandes Fão será construída ao mesmo tempo que a escola básica, com total autonomia de funções e espaços, partilhando auditório e zona envolvente, esta obra vai ter um impacto enorme no edificado, o que vai libertar espaços e melhorar as condições.

Neste momento, tem-se a Escola Sidónia Pais ampliada, vai-se ter a alegria de um ensino público total no Concelho, o que até agora não acontecia.

Vamos ter um auditório na Academia Fernandes Fão, o que será uma mais valia para eventos, particulares, públicos em que além do Teatro Valadares o Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, haverá mais um espaço, o que será uma mais valia para a nossa juventude.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **i) Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Empreendimento Turístico – Requerente: Vale Do Âncora – Empreendimentos Turísticos, Lda**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, relativa ao **“Reconhecimento de Interesse Público Municipal de**





## Assembleia Municipal de Caminha

**Empreendimento Turístico – Requerente: Vale Do Âncora – Empreendimentos Turísticos, Lda**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea r), do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Empreendimento Turístico – Requerente: Vale Do Âncora – Empreendimentos Turísticos, Lda”.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Relativamente a esta alínea da ordem de trabalhos é preciso uma contextualização do nosso território a nível do turismo e da estratégia que este executivo tem seguido ao nível da promoção turística.

O Concelho de Caminha, nos últimos anos tem dado passos enormes em termos de projeção turística, parafraseando uma frase muitas vezes dita pelo nosso Presidente da Câmara, Miguel Alves ", o turismo é a verdadeira indústria do Concelho, é aquela que dá emprego." neste momento não temos qualquer dúvida quanto a isto Sr. Presidente.

Outro facto inquestionável é que nos últimos anos, temos crescido sempre em número de turistas e de proveitos na hotelaria e restauração.

Esta é uma aposta ganha por este executivo e pela população do Concelho de caminha, temos de reconhecer alguns dos fatores cruciais nesta estratégia integrada que o município tem adotado, a título de exemplo:

- conquista de cinco bandeiras azuis" para as praias do Concelho, "
- construção de novas ecovias,



## Assembleia Municipal de Caminha

- valorização da biodiversidade na Serra d'Arga,
- melhoria do espaço público
- recuperação e criação de eventos como o Festival EDP Vilar de Mouros,
- a Festa do Espadarte,
- Artbeerfest",

entre outras iniciativas, com uma articulação constante do município, do executivo camarário, com as populações e também com o valioso trabalho dos agentes económicos, sociais e desportivos do Concelho de Caminha.

O Concelho de Caminha recebeu nos hotéis, alojamento local e turismo rural 51.354 hóspedes.

Os proveitos recolhidos pelas empresas hoteleiras chegaram a 3.6 milhões de euros, o que significa um crescimento de 14,1%.

Desde 2013, o número de hóspedes em Caminha cresceu 120% e os valores dos proveitos da hotelaria subiu 142%.

E este ano há uma nota adicional na informação do INE: pela primeira vez, desde que há registo, a maioria dos hóspedes não vieram nos meses de julho a setembro, mas precisamente no período fora do verão! Em apenas seis anos, o nosso Concelho atingiu números que enaltecem o nosso território, mas também acrescesse maior responsabilidade e exige a melhoria das infraestruturas, a continuação de uma programação cultural de qualidade, a valorização do espaço público.

Os peregrinos do Caminho de Santiago passam cada vez em maior número no nosso Concelho, com um aumento de mais de 38%.

A Câmara Municipal de Caminha e diversas empresas e instituições da região, fazem um investimento muito forte na divulgação, sinalética e valorização do Caminho Português da Costa, estamos a valorizar a dimensão e projeção internacional que o Caminho de Santiago está a ter no nosso Concelho, nos últimos anos, mas também a sua importância no incremento substantivo da economia local.



## Assembleia Municipal de Caminha

A questão que se coloca é: o porquê da aprovação da proposta de "reconhecimento de relevante interesse público municipal" deste empreendimento?

a) Todos os aspetos envolvidos e os dados já expostos a nível da importância da indústria do turismo para o Concelho e toda a aposta que tem vindo a ser feita nesta área;

b) A relevância económica para o Concelho;

O estudo económico demonstra o impacto altamente positivo deste investimento, quer na criação de emprego quer na dinamização da economia local.

b) O empreendimento deverá ter 51 unidades de alojamento, com capacidade para acolher 108 pessoas por dia, sendo suscetível de gerar um volume de negócios da ordem de 1,5 milhões de euros/ano.

d) O impacto no mercado de trabalho, com a criação de 29 novos postos de trabalho.

e) a criação de espaços destinados à promoção de atividades complementares, pela proximidade e relação com o rio Âncora, qualificando-se ao mesmo tempo a oferta turística do território.

f) a promoção da vertente de sustentabilidade/valorização do património natural e paisagístico.

g) os 22 mil potenciais hóspedes/ano e toda a dinâmica associada ao complexo que poderão fazer subir os proveitos do setor no Concelho em cerca de 25%.

h) preservação das zonas próximas do rio e a vegetação a elas associada.

Por este motivo a bancada do PS vota sim ao reconhecimento de Relevante Interesse Público Municipal deste empreendimento turístico."

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que não vale tudo. E o facto da CDU ou de quem gere os desígnios do Município de Caminha decidir que somos um Concelho voltado para o turismo, não significa que valha tudo. Da mesma forma se o Município tivesse decidido em tempo útil, aquando da



## Assembleia Municipal de Caminha

discussão do PDM agora em vigor, que este Concelho se deveria voltar para o negócio mobiliário, mas, também não valia tudo, exatamente da mesma forma. E justificar que são a favor só porque o Município tem uma aposta no turismo, invocando-se relevante interesse público, quando se está a falar do interesse privado! É que aquilo que se tem ali em mãos é uma intenção de negócio, logo existe um interesse privado. Não se pode reverter aquele que é o princípio. Existe um interesse privado que necessita que haja uma justificação de relevante interesse público e é isso que cabe ali decidir, embora, em boa verdade, não lhes cabe decidir, porque aquilo que ali estão a fazer é dar resposta a um requerimento que é feito para a Assembleia se pronunciar, sob o relevante interesse público municipal, quando na verdade o que este negócio precisa é de um despacho governamental como os próprios documentos indicam, ou seja, é o Estado português, através do seu governo, que tem que dizer que há interesse público neste investimento para que estas infraestruturas possam ocupar as áreas de RAN que ali estão definidas. Boa honra seja feita ao documento que é preâmbulo daquela que é a apresentação da própria empresa. Honra seja feita porque, aparentemente, não esconde estes factos que ali acabaram de dizer e que todos tiveram a oportunidade de estudar e de ler, logo não estão a discutir se isto alavanca ou não este interesse municipal de se voltar para o turismo. Está-se, isso sim, a falar se existe ou não um interesse relevante para o público em geral que justifique a ocupação desse território. Existem ali alguns preâmbulos e algumas nuances neste documento que levantam sérias dúvidas, para além de que todos tem que estar cientes e conscientes de que a aprovação de interesse público municipal pode conflitar com o que vem a seguir que é o Governo dizer que não há interesse público nenhum. E depois entender-se-á aquilo que cada um dos eleitos municipais que ali estão, que vote favoravelmente este interesse público municipal, com que cara ficarão, quando quem tem outra visão sobre o território venha dizer que não há interesse público nenhum neste investimento.



## Assembleia Municipal de Caminha

Quanto ao Plano Diretor Municipal disse o Senhor Deputado que o documento não esconde. Está-se a falar de espaço agrícola de produção de baixa densidade. Tratando-se de uma zona mista e inundável falar-se-á da questão da segurança. Relativamente às Plantas Condicionantes refere a Reserva Agrícola Nacional; novamente, que se trata de zona inundável, zona de leitos e margens do decurso do Rio e Reserva Ecológica Nacional. Sendo certo que, o Regime Jurídico de Reserva Nacional obriga então a que estas ações sejam como dizia há pouco, reconhecidas pelo Governo, por despacho Governamental ditando o tal relevante reconhecimento de interesse público.

Mas quando se avança e se lê no documento que é apresentado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e para abono da verdade, exatamente da mesma forma que anteriormente o Senhor Presidente da Câmara falou dos documentos que são disponibilizados aos eleitos municipais e representantes de Junta de Freguesia, o que eles têm em mão relativamente a este projeto não inclui o projeto em si. E, portanto, eles não têm ali nenhuma carta de implantação. E, está ali a ser pedido para decidir sobre relevante interesse municipal, sem eles terem em mão nenhuma carta de implantação deste projeto.

Por isso sabem aquilo que leem e o documento diz, a páginas tantas: "(...) o facto de a propriedade ser densamente arborizada passando o curso do Rio Âncora praticamente no meio da mesma (...)"; questiona se é de interesse público relevante municipal ter-se uma estrutura que é atravessada pelo Rio Âncora?! Acresce ainda que esta estrutura salvaguarda questões essenciais como segurança e privacidade dos hóspedes. E, pergunta, aos outros agentes económicos na área do Turismo, que façam descidas de Rio, por exemplo, que já estão a operar no terreno, como é que lidarão com estas questões de segurança e de privacidade dos hóspedes que esta unidade quer criar. É de relevante interesse municipal este negócio? Desconhecendo completamente a carta de implantação, a não ser que os eleitos do Partido Socialista tenham informação privilegiada, desconhecendo-a totalmente, só pela ausência dessa





## Assembleia Municipal de Caminha

documentação, não estão em condições, os eleitos municipais, de atestar que há um relevante interesse público municipal neste negócio.

Mas, dirão, a CDU não vai querer um negócio que até vai trazer 29 empregos?! Todos sabem, no país inteiro, quantas promessas são feitas aos municípios sob a alçada destes fabulosos empregos. Que bom que era se eles de facto acontecessem todos, mas, a experiência diz o contrário, diz que não acontecem, maioritariamente, e que quando se olha para a massa salarial destes 29 empregos que dizem que vão criar e vêm um gerente a ganhar 6 mil 250 euros, rececionistas a ganharem mil e tal euros, que bom que era! Mas isto é real?! E quando se olha para os 29 empregos que dizem que vão criar, mas desses afinal só 13 é que estão tipificados, os outros 16 são, seguramente, os precários. É isso que a CDU sabe e, portanto, vão tomar-se decisões sobre promessas de relevante interesse municipal para ocupação de solo quando a própria Reserva Agrícola Nacional com muito siso ou pouco riso, diz claramente para se desafetar e poder ser ocupado tem que esse solo ser considerado um solo pobre, que não esteja apto por exemplo para a produção agrícola, e corresponde isso à realidade numa zona próxima do Rio, com água tão perto, quando o próprio promotor diz que até está tudo arborizado, está tudo verde. Não é apto?! É a vida de todos que está em jogo e, portanto, é extremamente importante que haja consciência naquilo que hoje é pedido. Não pode ser nada decidido sob o desconhecimento.

A CDU, sabe que a Assembleia Municipal tem esta capacidade de deliberar, mas não pode passar cheques em branco. E passar cheques em branco significa sob a alçada do desconhecimento dizer que sim a uma proposta que surge e que é de facto de interesse privado, por isso mesmo é o promotor privado que age no sentido de requerer à Câmara Municipal e que a Câmara Municipal despacha de facto para a Assembleia Municipal para nos vincular a todos. Portanto, face aos documentos que foram entregues, face há possível gravidade que pode ocorrer, voltando a insistir, desconhecendo completamente qual é a área de implantação deste projeto, essa carta não lhes foi entregue, só



## Assembleia Municipal de Caminha

pode haver um voto contra nesta Assembleia Municipal, sob pena de ficarem vinculados a uma decisão que mais tarde, o próprio Governo poderá contrariar. E Governos há muitos, e dentro dos Governos há muitas facções e muitas opiniões e muita gente que deve estar suficientemente capaz de decidir em sentido contrário daquilo que se tem ali em cima da mesa para decidir. Logo, a nível processual, disse o Senhor Deputado, que seria melhor aguardar pelo despacho governamental do interesse público e depois então pronunciarem-se. Claro, não quererão, porque querem dar resposta rápida a este interesse que é um interesse privado.

Dito isto, para que este tipo de propostas sejam votadas com clareza, com justiça e sobretudo com a firme convicção de que se está a agir bem, só o podem fazer quando possuírem as cartas de implantação, quando tiverem o projeto na mão, e aí, de facto não passarem cheques em branco, nem tomarem decisões sob promessas que possam ser feitas por interesses que são privados.

Disse.

O **Senhor Vice-Presidente, Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que já está habituado que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro faça intervenções destas, a puxar à demagogia do mais profundo que existe! E mais, o Senhor Deputado normalmente fundamenta bem aquilo que diz, mas desta a sua intervenção andou um bocado a voar por cima do essencial para atingir aquilo que lhe interessava atingir. Contudo, há ali algumas coisas que convém esclarecer desde já: O espaço ali em questão, pois não sabe se é do conhecimento das pessoas, até admite que não seja do conhecimento das pessoas, porque já ali ouviu dizer que aquilo estava em Vile e não está em Vile, está em Vila Praia de Âncora e tem uma parte que está em Âncora. No entanto, solicitou a



## Assembleia Municipal de Caminha

colaboração do Pedro Oliveira para que passe as imagens do espaço que ali está em questão, e aquilo que ali está assinalado dentro daquele polígono a vermelho, não é? E, portanto, é o espaço que na famosa reta de Baralha, que vai da rotunda de Baralha em direção à ponte de Riba de Âncora, a certa altura à um desvio para a Valada tem a Soutivinhos e logo a seguir à Soutivinhos tem um portão verde; E, aí começa o espaço de 4,4 hectares, são 44 mil metros quadrados. Esse espaço estende-se desse portão, passa pelo Rio Âncora e vai um pouco para além do Rio de Âncora. Esse espaço aparece nas cartas do PDM, nas condicionantes do PDM, aparece em Reserva Agrícola Nacional. E nas margens do rio como estão a ver a parte da margem direita do rio, que é aquele polígono maior e depois tem o polígono menor, que já está na margem esquerda, e ali sim, já em Âncora. E, toda aquela parte, tem um declive para o rio, e seguindo o rio, existe uma parte um pouco sobre elevada relativamente ao rio como se vê pelas curvas de nível. E, aquilo que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro esteve ali a dizer, é que, isto, é Reserva Ecológica, isso é tudo verdade! Não é? Isso tudo por ali fora é verdade. Porém, disse o Senhor Vereador que se virem os polígonos de plantação propostos, todos eles ficam no patamar superior da Quinta da Boa Esperança mais conhecida pela Quinta do Queirós.

Ou seja, a primeira condição que foi exigida é que, em tudo aquilo que seja leito de cheia e com uma margem suficientemente larga não há qualquer tipo de construção. A parte que o executivo está a propor para inutilizar da Reserva Agrícola é uma parte absolutamente de pedra e é muito fácil ver isso ainda hoje. Eles plantaram árvores em toda a quinta, no patamar superior não tem árvore nenhuma, secaram todas. Na zona de baixo, a partir daquela curva de nível, a partir das últimas casas está completamente cheia de árvores, que é a tal zona inundada e de aluvião. Disse ainda o Senhor Vereador que conhece a Quinta muito bem e conhece aquele espaço não de agora, conhece-o há 50 anos para atrás, porque no início do seu ensino secundário ele atravessava a Quinta todos os dias, durante dois anos. E, nunca na parte de cima da Quinta



## Assembleia Municipal de Caminha

se produziu rigorosamente nada. Portanto, aquela Quinta, faz-lhe lembrar o Forte da Ínsua, é uma Quinta com valor incalculável e está abandonada, completamente ao abandono, porém, quando o executivo quer fazer uma intervenção que valorize aquele espaço, levantam-se milhentos problemas ao que ali se vai fazer. Mas, aquilo que o executivo vai fazer não é retirar nada da Reserva Agrícola, apenas vai fazer ao abrigo do artigo 25.º do Estatuto da Reserva Agrícola pedir uma ocupação daquela Reserva Agrícola para fins turísticos. Isso está absolutamente previsto no Regime da Reserva Agrícola. Está previsto de acordo com o artigo 25.º, e tem que haver dois pareceres, o Reconhecimento do Interesse Municipal no âmbito da autarquia e o Reconhecimento do Interesse Económico no âmbito do Organismo Setorial, neste caso o Turismo. Se fosse numa zona industrial seria o Ministério da Indústria ou da Economia. E, só depois disso é que o membro do Governo que gere a Reserva Agrícola vai aceitar ou não a ocupação para aquele fim. E, isto nem sequer é uma ocupação em termos da Reserva Agrícola, isto podia ser uma ocupação para fins Turísticos e, é possível na Reserva Agrícola fazer empreendimentos turísticos.

Portanto, não vai haver ocupação do leito de cheia nem das margens. Isso é absolutamente garantido. E, aqueles polígonos onde estão os 48 alojamentos simplex, 3 duplex, tem um edifício central de apoio a todo o empreendimento, que é aquela parte todo à entrada da porta e esse já em espaço urbano de baixa densidade, logo à entrada, aquilo é espaço urbano de baixa densidade. E, tem um parque de merendas, tem uma piscina biológica, tem o parque de jogos, tem o parque de silêncio para acolher peregrinos e outros turistas, que estão dados a esses tipos de coisas.

Disse ainda o Senhor Vereador que esta é a parte do empreendimento à entrada, onde está o equipamento de restauração e o equipamento de apoio geral, estas são as tipologias que vão ser implementadas.

Contudo, isto não é um pedido de licenciamento, isto não é um projeto para pedido de licenciamento. Isto é apenas uma diligência para que seja permitida



## Assembleia Municipal de Caminha

ocupação de parte da reserva agrícola. E repito uma vez mais, a parte da reserva agrícola, que esta ali previsto ser ocupada é uma parte absolutamente estéril do ponto de vista agrícola, não tenham a menor dúvida quanto a isso. Mas, se fosse zona de aluvião, se fosse zona de leito de cheia, se fosse zona de reserva ecológica podem ter a certeza que a entidade que gere a reserva agrícola nunca na vida ia permitir a desafetação.

Disse também o Senhor Vereador que antes de dar andamento a este processo, falou várias vezes com o responsável regional da reserva agrícola. Onde lhe colocou mais dúvidas sobre a ocupação da reserva agrícola do que o próprio. Ele próprio lhe disse sistematicamente: isto é uma ocupação parcial, isto não há uma inutilização total da reserva agrícola, não vê qual seja o problema.

Portanto, só depois de se ter todas estas garantias, é que se andou com o processo e hoje, está ali para este reconhecimento. E, disse ainda que o tipo de empreendimento que ali está em causa é um empreendimento de elevadíssima qualidade, é um tipo de equipamento que o Concelho não tem. Não tem, e não tem hipótese de ter. Não existe outro sítio onde possa ter isto. Por muito que vocês possam imaginar e por muito que se possa querer distorcer a realidade.

É um investimento que vai valorizar a nossa oferta turística, mas, isso na sua opinião é o resultado, é a consequência, não é a causa, a causa se tivesse ali um solo de aluvião podem ter a certeza que ele era o primeiro a dizer para não pensarem nessa hipótese. Na primeira versão que ouviu sobre este processo foi ainda antes da revisão do PDM, ele ocupava aquela parte de aluvião na margem esquerda e na parte de baixo, e foi de imediato dito que não pensassem nisso. Portanto, o que está ali em causa não conflitua em nada com o rio e com as margens do rio. O que ali está em causa, o empreendimento, é na parte de cima, naquela parte toda que vai até à estação elevatória do valada. E, é por isso que, o executivo acha que é de interesse Municipal, se reconhecer um empreendimento deste género e é uma forma de





## Assembleia Municipal de Caminha

se aproveitar, uma Quinta que está absolutamente ao abandono e estará sempre em abandono no ponto de vista agrícola se mais nada ali for feito.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse ao Senhor Presidente que na verdade só agora tiveram ainda outra possibilidade, que foi a de ouvir o Senhor Vereador, e ele é que agora diz o que pode e não pode fazer-se, aquilo que é correto e o que não é correto e ainda é ele que analise e decide se o solo é estéril ou não, pela sua experiência de 50 anos de conhecimento da Quinta. Mas aquilo que lhe parece é que essas suas capacidades e experiências nada justificam e não basta, por mais confiança que haja na sua palavra, ela não basta para todos ficarem convencidos de que se está perante um interesse público relevante para o Município de Caminha. Mas, relativamente aos documentos onde eles se basearam, os documentos que não nos foram fornecidos, perguntar porque razão é que afinal há documentos e eles (os elitos) não tiveram conhecimento? E o executivo quer que os eleitos municipais tomem esta decisão estando privados de parte de documentação, que era essencial? Ter que aguardar pela vinda do Vereador para ali dizer: "estejam tranquilos porque não vai haver construção na zona de aluvião". Então, mas isso não deveria já estar nessa informação cedida?

A informação que tem é que vai ser tão boa para os peregrinos. Eu também acredito que sim! O simplex a 112€ e o duplex a 207€ será utilizado pela maior parte dos peregrinos que passam ali em Vila Praia de Âncora, não têm dúvidas?! É evidente que não Senhor Vereador! Não será logicamente utilizado para esse tipo de mercado. A qualidade que também defende todos sabem a que mercado é que se destina. E, é esse o relevante interesse Municipal? Com certeza que não é!

Contudo, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sempre que o Executivo Camarário pretende que os eleitos municipais tomem decisão sobre matérias sensíveis como estas, devem ser obrigados a fornecer toda a documentação para todos fazerem bom uso dela na melhor tomada de



## Assembleia Municipal de Caminha

decisões. Enquanto isso não acontecer, os eleitos da Assembleia Municipal de Caminha não devem jamais pactuar com decisões que são tidas no escuro porque estão privadas de documentação.

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse para rematar este debate, que não é a palavra do Senhor Vereador que indica se existe interesse público ou municipal deste empreendimento. É a palavra da Assembleia Municipal. Mas, este processo é um processo que tem documentos. Os documentos estão lá, podem ser consultados e o Senhor Deputado se quiser também os pode consultar. No entanto, aquilo que ali o executivo está a propor, é saber se há interesse público ou não, para um projeto que investe 4 milhões de euros no Concelho de Caminha que vai proporcionar um volume de negócio de 1 milhão e meio por ano, e que vai empregar 29 pessoas, e vai trazer em média e segundo a sua aspiração 22 mil pessoas por ano e se ali dizem que isto não tem interesse nenhum para Caminha, com franqueza não sabe o que é que o Senhor Deputado muito bem anda ali a fazer pugnando pela nossa terra. Porque, se um empreendimento e um projeto que quer trazer 22 mil pessoas por ano aos cafés, aos restaurantes, ao comércio, à praia, não interessa?! Não tem interesse?! Francamente, não sabe que projeto é que tem interesse. Mas, o que tem interesse pelos vistos é manter aquele espaço na Quinta do Queirós ao abandono como tem estado, os passarinhos ficam muito bem, e fica tudo tranquilo. Mas, não! Julga o Senhor Presidente que tem interesse público que se possa trazer gente, que trás dinheiro no bolso e que deixa o dinheiro no comércio.

E, faz isto de acordo com uma política e que este executivo está muito à vontade, numa política de preservação ambiental, de cuidado com a sustentabilidade, porque, o Senhor Vereador, que ali explanou estas matérias é aquele perigoso ambientalista que aprovou o PDM ainda há 2 ou 3 anos atrás, com unhas e dentes contra alguns que pensavam que ele apenas se socorria



## Assembleia Municipal de Caminha

das ervas para poder florescer a nossa economia, é o mesmo que está a dizer ali que na proposta que foi aprovada na Câmara, o que está em causa é um empreendimento? Sim. Privado? Obviamente. Que trás emprego, trás dinheiro, trás economia, movimenta o comércio, os restaurantes e que cumpre tudo aquilo que tem de cumprir em termos ambientais. Porque o que está ali em causa é a utilização de um espaço de rede agrícola. E o que se está ali a dizer é que a implantação só no momento de licenciamento é que o executivo irá aprovar. É uma implantação em rocha. O executivo hoje pode declarar o interesse público daquele projeto e chegar ali daqui a um ano, e ser apresentado um projeto e ser chumbado. E aí terão esse debate. No entanto, Senhor Deputado estive a ouvir a sua intervenção com cuidado, e no silêncio, viu o bom orador que o Senhor Deputado é, sabe como colocar muito bem os sentimentos no meio das palavras, fazendo com que aquela emulsão, não é emoção, é emulsão possa vir ao de cima. Mas, a verdade, o que se trata ali é de se saber o seguinte Senhor Deputado; se um projeto que trás 22 mil pessoas para o Concelho de Caminha, que é de 4 milhões de euros de investimento, que cria 29 empregos, que não afeta, não ataca, não difere nada daquilo que é a sustentabilidade daquele espaço se é bom ou mal para o município.

Julga o Senhor Presidente que é bom. No entanto, aquilo que não se pode é por um lado, serem todos contra o Lítio e vão destruir o nosso Rio e não interessa os empregos dos mineiros. O foco do executivo é o turismo, é a capacidade de se mostrar locais bonitos de se ter hotelaria com qualidade em sítios paradisíacos. Então, deve-se aproveitar o sítio paradisíaco?! Não, isso também não, porque naqueles sítios não se pode fazer nada. Então o que se pode fazer?! E, ali Senhor Deputado o que está em causa é saber do interesse público ou não do empreendimento, o executivo com aquilo que é o programa apresentado entende que tem interesse público. A reserva agrícola, o Governo, naquilo que é a Secretaria de Estado no Turismo, terá de se pronunciar, terá que falar da sua valia económica e terão que apresentar um projeto. Contudo,



## Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Deputado se o projeto estiver distante daquilo que o executivo viu, se implementar casas em cima do Rio, se criar ali zonas de escoamento de inertes ou de saneamento para o Rio, esse projeto é chumbado.

Para terminar disse o Senhor Presidente que, neste momento, dizer a Vila Praia de Âncora, ou ao Concelho de Caminha que a Assembleia Municipal, entende que este projeto não tem interesse para o município, isso é que não lhe parece justificado.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 01 votos contra e 14 abstenções.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e fez a seguinte declaração de voto;

“A bancada do PSD de Caminha eleita para esta Assembleia Municipal, está e sempre estará a favor do investimento e da criação de postos de trabalho no nosso Concelho, contudo, abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos por considerar que:

- A declaração de Interesse Público Municipal obrigará mais tarde uma alteração do PDM para possibilitar a construção de um empreendimento, agora destinado à atividade turística, sem que se seja acautelada a manutenção e objetivo do mesmo de forma permanente, a fim de impedir que os promotores e/ou proprietários, no futuro, possam por exemplo, transformar o referido empreendimento turístico num condomínio fechado e a sua venda especulativa para habitação em local privilegiado;



## Assembleia Municipal de Caminha

- Apesar do investimento e criação de postos de trabalho, considera a bancada eleita do PSD que a declaração de Interesse Público Municipal deveria ser também uma mais valia para os cofres do Concelho, através da cobrança de imposto resultantes da atividade a que se propõe o promotor deste ou de qualquer outro investimento onde a invocação da referida declaração seja exigível, situação que ao que nos apercebemos não foi acautelada neste caso, visto que, o promotor nesta situação específica tem a sua sede fiscal registada em outro Concelho que não o de Caminha;
- Estarmos perante a necessidade de invocar o Interesse Público Municipal, é a prova inequívoca de que o PDM aprovado pelo executivo socialista é, como sempre dissemos, castrador e inibidor ao desenvolvimento para o Concelho de Caminha, sendo necessário levar a cabo este tipo de remendos no documento em várias outras situações com o objetivo de melhorar a nossa competitividade e capacidade de atração de investimento em relação aos Concelhos que nos rodeiam.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **j) Implementação de Sinalética na Freguesia de Dem**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, relativa à **“Implementação de Sinalética na Freguesia de Dem”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com





## Assembleia Municipal de Caminha

eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a alteração da postura de trânsito e estacionamento como se indica:

### Rua de S. Gonçalo :

- Sinal A16a (Passagem de peões), em ambos os sentidos de trânsito, colocado a 50 metros antes da passadeira existente entre o largo da Chão do Porto e a rua do Candal;
- Sinal A7 (Passagem para peões), em ambos os sentidos de trânsito, colocado imediatamente antes da passadeira existente entre o largo da Chão do Porto e a rua do Candal;
- Sinal A16a (Passagem de peões), em ambos os sentidos de trânsito, colocado a 50 metros antes da passadeira existente imediatamente a seguir à rua Dr. Alfredo Moreira;
- Sinal A7 (Passagem para peões), em ambos os sentidos de trânsito, colocado imediatamente antes da passadeira existente imediatamente a seguir à rua Dr. Alfredo Moreira;
- Sinal A16a (Passagem de peões), em ambos os sentidos de trânsito, colocado a 50 metros antes da passadeira existente junto à Igreja paroquial de Dem;
- Sinal A7 (Passagem para peões), em ambos os sentidos de trânsito, colocado imediatamente antes da passadeira existente junto à Igreja paroquial de Dem;
- Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 30km/h), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros após a rotunda de acesso à Autoestrada A28;
- Sinal A2a (Lomba), colocado no lado direito do sentido de trânsito, em ambos os sentidos de trânsito, junto às lombas existentes neste arruamento;
- Sinal A16b (Idosos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, 50 metros após o entroncamento com a rua Sra. das Neves;

### Rua da Sra. das Neves :



## Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo.

- Sinal A19a (Animais), colocado do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo;

### Travessa de Nossa Sra. das Neves :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo;

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Sra. das Neves;

### Rua do Candal:

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo;

### Rua Dr. Alfredo Moreira :

- Sinal A16a (Passagem de peões), do lado direito do Sentido de trânsito, colocado a 50 metros antes da passadeira existente junto ao entroncamento com a rua da Igreja;

- Sinal A7 (Passagem para peões), em ambos os sentidos de trânsito, colocado imediatamente antes da passadeira existente junto ao entroncamento com a rua da Igreja;

### Rua da Cova do Coelho :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo;

### Rua da Escola :

- Sinal A14 (Crianças), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 10 metros após o cruzamento com 11.

- Sinal A14 (Crianças), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 10 metros antes do recinto do Centro Escolar de Dem;



## Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal H20a (Paragem de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto a cada um dos locais correspondentes existentes nesta rua;
- Sinal H1a (Estacionamento Autorizado) + Painel Adicional 14 com a inscrição "Pároco", colocado junto ao passeio na zona de estacionamento existente junto à igreja;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Bouça do Milho;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Igreja;

### Rua do Mogalhão :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Escola;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Igreja;
- Sinal A14 (Crianças), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 10 metros após o cruzamento com 11.

### Rua do Mato do Fojo :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Igreja;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Centro Cultural;

### Caminho do Vale :



## Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Escola;

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Igreja;

### Rua da Devesa :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com o rua do Jardim;

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Igreja;

### Rua da Quelha Nova :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com 21 e junto ao entroncamento com a rua da Igreja;

### Rua da Calçada Nova :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto aos entroncamentos com a rua 26 de Setembro;

### Caminho da Fontinha :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto aos entroncamentos com a rua da Igreja;

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto aos entroncamentos com a rua da Igreja;

### Rua do Vale-Vermelho :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Igreja;



## Assembleia Municipal de Caminha

### Rua da Fonte Miosa :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Vale-Vermelho;

### Rua da Bouça do Milho :

- Sinal A19a (Animais), colocado do lado direito do sentido de trânsito Gondar/Dem, 50 metros antes da rotunda de ligação com a rua da Igreja e com a rua 26 de Setembro;
- Sinal D4 (Rotunda), colocado no bordo interior da rotunda, colocado perpendicularmente a rua 26 de Setembro, no alinhamento do seu eixo;
- Sinal B7 (Aproximação de Rotunda), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 150 metros antes da rotunda de ligação com a rua da Igreja e com a rua 26 de Setembro;

### Rua do Couto do Rio :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua 26 de Setembro;
- Sinal H4 (Via pública sem saída), colocado do lado direito do sentido de trânsito, no alinhamento do entroncamento com 35;

### Rua da Abelheira :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a travessa da Abelheira;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua 26 de Setembro;

### Rua do Borralheiro :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua 26 de Setembro;

### Travessa da Abelheira :





## Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua 26 de Setembro;

### Rua da Travessa :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Calçada Nova e junto ao entroncamento com a rua do Vale-Vermelho;

### Travessa da Calçada Nova :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Calçada Nova e junto ao entroncamento com a rua do Vale-Vermelho;

### Rua da Cancelinha :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Calçada Nova;

### Beco do Altinho :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo;
- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de S. Gonçalo;

### Beco das Caselinhas

- Sinal H20a (Via pública sem saída), colocado do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com 36;

### Rua do Jardim :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com 07 e junto ao entroncamento com 21;

### Rua do Sobreirinho :



## Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto aos entroncamentos com a rua da Igreja;

### Rua dos Valados :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com 17;

### Rua do Centro Cultural :

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Escola;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Igreja;

### Rua da Igreja :

- Sinal A16a (Passagem de peões), colocado a 50 metros antes da passadeira existente, em ambos os sentidos de trânsito;
- Sinal A7 (Passagem para peões), colocado imediatamente antes da passadeira existente, em ambos os sentidos de trânsito;
- Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 30km/h), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros após a rotunda de ligação com a rua da Bouça do Milho e com a rua 26 de Setembro;
- Sinal A2a (Lomba), colocado no lado direito do sentido de trânsito, em ambos os sentidos de trânsito, junto às lombas existentes neste arruamento;
- Sinal A16b (Idosos), colocado do lado direito do sentido de trânsito, 50 metros após a rotunda de ligação com a rua da Bouça do Milho e com a rua 26 de Setembro;
- Sinal B7 (Aproximação de Rotunda), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 150 metros antes da rotunda de ligação com a rua da Bouça do Milho e com a rua 26 de Setembro;
- Sinal D4 (Rotunda), colocado no bordo interior da rotunda, colocado perpendicularmente a rua 26 de Setembro, no alinhamento do seu eixo;



## Assembleia Municipal de Caminha

### Rua 26 de Setembro :

- Sinal A19a (Animais), colocado do lado direito do sentido de trânsito Montaria/Dem, 50 metros após o início da freguesia;
- Sinal A16b (Idosos), colocado do lado direito do sentido de trânsito Montaria/Dem, 50 metros após o início da freguesia;
- Sinal A16b (Idosos), colocado do lado direito do sentido de trânsito Dem/Montaria, 50 metros após a rotunda de ligação com a rua da Bouça do Milho e com a rua 26 de Setembro;
- Sinal B7 (Aproximação de Rotunda), colocado no lado direito do sentido de trânsito, 150 metros antes da rotunda de ligação com a rua da Bouça do Milho e com a rua 26 de Setembro;
- Sinal D4 (Rotunda), colocado no bordo interior da rotunda, colocado perpendicularmente a rua 26 de Setembro, no alinhamento do seu eixo;

### Largo do Vizinho :

- Sinal B1 (Cedência de Passagem), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto aos entroncamentos com a rua da Igreja;

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **K) Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Freguesia de Caminha e Vilarelho**



## Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Freguesia de Caminha e Vilarelho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a alteração da postura de trânsito e estacionamento como se indica:

### Praça Pontault-Combault:

- Estacionamento proibido exceto cargas e descargas além de 10 minutos - Sinal G15 + painel adicional modelo 10a “exceto cargas e descargas” + painel adicional modelo 8 “além de 10 minutos”, colocado na praça Pontault-Combault, entre o mercado municipal e a rua 16 de setembro, do lado direito do sentido de trânsito, colocado junto ao passeio, no ponto médio de cada um dos dois lugares de estacionamento, paralelamente a estes, conforme fotomapa anexo.

### Rua 16 de Setembro:

- Zona de paragem e estacionamento proibido - Sinal G3 colocado na rua 16 de setembro, colocado perpendicularmente a esta, do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua condestável D. Nuno Alvares Pereira, conforme fotomapa anexo;
- Sinal C1 (Sentido Proibido), colocado na rua 16 de setembro, do lado direito do sentido de trânsito, colocado perpendicularmente a esta, junto à rampa existente no entroncamento com a Praça Pontault-Combault, conforme fotomapa anexo.

Refira-se que esta rua é de trânsito proibido exceto cargas e descargas, entre a praça Conselheiro Silva Torres e a rua 16 de Setembro, por força da sinalética já implementada.



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**I) Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, os deputados eleitos pelo Partido Social Democrata, propõem, para substituição da Senhora Deputada Simaura Fonseca, pelo Senhor Deputado Alberto Magalhães, e como suplente o Senhor Deputado Pedro Casal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ).

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou, como se trata de uma substituição, se era possível efetuar a votação sem ser por votação secreta.

Como não se chegou a um acordo comum, passou a votação secreta.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 4 votos contra(não) e 4 votos em branco.





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um voto de protesto pois havia votos em contagem em cima da mesa, e ainda se estavam a receber votos, por isso, fica ali o voto de protesto pela forma como foi conduzida esta votação.

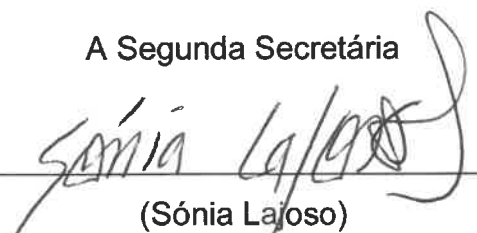
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H50M, do dia 29 de fevereiro de 2020, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário



(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)

O Presidente



(Luís Augusto Pestana Mourão)